

“UM NOVO BRASIL DE UM NOVO PORTUGAL”

A história do Brasil e a ideia de colonização em Portugal nos séculos XIX e XX

Rui Ramos

Este estudo tem como objecto as linguagens utilizadas em Portugal para conceber o fenómeno da ocupação de territórios ultramarinos nos séculos XIX e XX. O seu ponto de partida está na frequência com que os entusiastas do domínio português em África citaram o caso do Brasil para afiançar os seus projectos africanos. Segundo um deles, em 1877, o objectivo era “fazer do nosso vasto império africano um novo Brasil de um novo Portugal”¹ Porque é que nunca se utilizou a ideia de uma “nova Índia” para recomendar o “império africano”? Simplesmente porque o Estado da Índia andava então reduzido a um negócio modesto, enquanto o Brasil era grande e próspero?² De facto, a concepção do “império africano” como um “novo Brasil”, em vez de uma “nova Índia”, pressupunha uma certa noção do que os portugueses haviam feito no Brasil e na Índia e do que precisavam fazer em África. Isso mesmo se deduz do modo como, em 1980, um dos mais categorizados estudiosos do ultramar português, Orlando Ribeiro, explicou o “fracasso da colonização de Angola” através das diferenças entra essa colonização e a colonização do Brasil.³

No presente estudo, procuro explicar esta invocação do Brasil no seguimento do que escrevi sobre a crítica às “descobertas e conquistas” em Mousinho da Silveira, Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Antero de Quental. Nesse outro estudo, defendi que a condenação do passado ultramarino por essas personalidades fazia sentido no contexto da cultura do patriotismo cívico, um dos ingredientes principais da monarquia constitucional portuguesa no século XIX. Na base desta cultura, estava a tradição do republicanismo clássico europeu, que via a solução para o problema do governo no estabelecimento de uma comunidade igualitária, unida pelo civismo, fixa num território, e com um modo de vida estável, preferencialmente agrário. Como argumentei no referido estudo, os autores atrás mencionados partilhavam destes princípios e por isso deram prioridade à “colonização interna”, o povoamento e ocupação do Portugal europeu.⁴ Neste estudo, vou argumentar que, no quadro desta cultura cívica, o Brasil, por contraste com a Índia, pôde ser repensado como um prolongamento ultramarino desta “colonização interna”. A oposição entre a Índia e o Brasil sustentou a distinção entre dois tipos de expansão ultramarina — uma expansão militar e aristocrática, e outra expansão pacífica e democrática. Esta dicotomia serviu de fundamento aos juízos de valor sobre o passado ultramarino e afectou o modo como foi pensado o destino dos domínios africanos.

A “causa perdida” da Índia e a “nova pátria portuguesa” do Brasil

Nos meados do século XIX, a defesa do padroado português do Oriente contra as intromissões papais, supostamente apoiadas pela companhia inglesa das Índias, suscitou um novo interesse pela história do Estado da Índia. Alexandre Herculano, que sempre condenara o império oriental como uma das causas da decadência nacional, declarava-se agora disposto a combater “pelos vestígios do sangue de nossos avós esparzido no Oriente”, incluindo as “prerrogativas temporais do Padroado”.⁵ Foi então que José Heliodoro da Cunha Rivara, secretário do governador do Estado da Índia em 1855, se lançou a criar, com o seu *Arquivo Português-Oriental* (1857-1876), o equivalente asiático dos *Portugaliae Monumenta Historica* (1856). Rivara acabaria, em 1858, por ser oficialmente incumbido de continuar a crónica oficial da Índia, negligenciada desde o século XVIII. Em Lisboa, entretanto, a Academia Real das Ciências inaugurara a *Colecção de Monumentos Inéditos para a História das Conquistas dos Portugueses* (1855), em que predominou a matéria oriental.⁶

No entanto, esta publicação de documentos, que prosseguiu animada pelo centenário de 1898, nunca contrariou a costumeira apreciação fundamentalmente negativa sobre os efeitos da “conquista da Índia”.⁷ O modo como o tema é tratado no *Dicionário Popular* dirigido por Manuel Pinheiro Chagas em 1876 é revelador.⁸ O que se admirava na Índia eram as proezas militares, a memória do “vastíssimo império” imaginado por Afonso de Albuquerque, “o vulto mais brilhante dos nossos anais”, comparado a Alexandre e a Napoleão num “símile justíssimo”. Albuquerque fôra “bom e justo” para os indianos e recomendara aos seus subordinados “o respeito pelas crenças religiosas dos naturais”. Os seus sucessores, porém, “não souberam como ele conciliar a estima e a simpatia dos índios”. O domínio português consistiu, por isso, num puro exercício de violência. Só se “sustentava à força de contínuas e ininterruptas vitórias”. Mal a “corrupção” fez vacilar o poder militar, “foi tudo a pior”. Depois, ingleses e holandeses “começaram a juntar-se aos indígenas para demolir o novo império”. O Estado da Índia chegou assim ao século XIX reduzido a “uma língua de terra de pouco valor comercial e agrícola, conservado como relíquia das nossas velhas glórias, e que a tolerância inglesa nos deixa”. O contraste com a Índia inglesa, “do tamanho de toda a Europa ocidental”, era por demais deprimente. A razão da diferente fortuna era também clara: os ingleses tinham seguido uma política “liberal”, procurando “conquistar a afeição dos indígenas em vez de os assustar”.

A sorte do Estado da Índia foi abordada por Antero de Quental num comentário ao livro de Frederico Diniz Ayala, *Goa Antiga e Moderna* (1888). Da sua leitura, Antero concluía que “desde que não quisemos nem podemos *assimilar* o elemento indígena na Índia, pela força das coisas, ele, que era a maioria, tinha de acabar por nos expulsar”.⁹ O sentido desta “assimilação” é indirectamente esclarecido por Antero quando lamenta, na mesma ocasião, que os governos liberais nunca tivessem compreendido “o movimento político naturalista chamado das *nacionalidades*, que é umas feições notáveis do nosso século”. (sublinhados meus) Assimilar significava, portanto, integrar numa nação, nacionalizar. Ora, essa tarefa tinha sido

comprometida pelo aspecto militar e intolerante da acção portuguesa na Ásia, aspecto sublinhado por Antero na sua célebre conferência de 1871 sobre as “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares”.

Por tudo isto, a Índia era, segundo Antero, “uma causa perdida e que o tinha de ser”.¹⁰ O contraste com o Brasil não podia ser maior. No fim do século XIX, esperava-se que, seguindo a lógica da “transferência do império”, a inevitável decadência da Europa fosse seguida pela hegemonia mundial das Américas, com o Brasil a assumir o papel de grande potência civilizadora no século XX.¹¹ As razões da diferença entre a decadência do Estado da Índia e o sucesso do Brasil foram explicadas na primeira grande obra colectiva de historiografia dos descobrimentos, precisamente a *História da Colonização Portuguesa no Brasil* (1921-1926), dirigida por Carlos Malheiro Dias e financiada pela poderosa comunidade de capitalistas portugueses do Brasil.¹² A chave da fortuna brasileira aparecia logo no título da obra: “colonização”. O mote da obra era dado pela oposição entre “os processos inglês e português” de colonização na América. A primeira diferença respeitava à natureza dos colonos. Os ingleses e escoceses que haviam desembarcado na América do Norte eram “aventureiros”, que “não sabiam e não queriam dedicar-se ao cultivo das terras”. Pelo contrário, os portugueses chegados antes da descoberta dos diamantes e do ouro eram autênticos colonos, lavradores, preparados para se converterem em “fundadores da pátria”: “Heroicidade e amor, não uma cobiça sórdida, criaram o Brasil”. Em segundo lugar, os ingleses adoptaram “um processo colonizador que recusava a incorporação do aborígine e preferia exterminá-lo a civilizá-lo”. Ora os portugueses, não só não “dispunham de recursos para executar o extermínio”, como “nem o premeditaram”. Ao contrário, seguiram uma “política de conciliação”. Por isso, a nova nação brasileira pôde fundar-se “nas três raças já unidas e mescladas: a portuguesa, a aborígine e a africana”. Carlos Malheiro Dias sublinhava que não tinha havido aqui mera pieguice filantrópica: “A política altruísta de Portugal correspondia a uma verdadeira razão de estado, derivava das condições em que o empreendimento colonizar se realizava, com o parco material de uma população exígua”. De facto, “só uma política colonizadora que incorporasse o autóctone e dele fizesse, melhorado pela mestiçagem, um colaborador, poderia haver conservado a integridade de domínio tão colossal”.¹³

Assim, o estabelecimento português no Brasil estivera isento, segundo Carlos Malheiro Dias, da “política imperialista” adoptada na Ásia e em Marrocos, onde se haviam seguido os “processos sanguíneos do oriente”. Enquanto na Índia houvera “conquista”, no Brasil houvera “colonização”. “Colonização” conservava, aqui, o seu significado antigo, ou “romano”, como dizia Malheiro Dias: por um lado, “povoamento”, estabelecimento de “colonos” numa terra nova; por outro lado, aculturação dos indígenas. A partir daqui, os autores da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* desenvolvem uma curiosa analogia entre a ocupação do Brasil no século XVI e o povoamento de Portugal na Idade Média. Os dois primeiros volumes da obra ainda estavam dedicados sobretudo à questão do descobrimento e das navegações ao longo do litoral. Mas o terceiro volume tinha um título que era um programa: “Colonização: A Idade Média Brasileira (1521-1580)”. De facto, o que Malheiro Dias e os seus colaboradores fizeram, sob semelhante título, foi projectar

na América o mundo ideal imaginado por Alexandre Herculano para o Portugal europeu a partir da história medieval: uma sociedade rural de lavradores livres, a caminho da autonomia política. Na Europa, esse “Portugal rural e municipalista da idade média, o das energias populares, o da fé cândida e bárbara”, havia sido arruinado pela conquista do oriente. Mas enquanto o Portugal europeu se afundava na Índia, surgia no Brasil “um novo e imperecível império, que sobreviveria aos séculos, e para onde os desterrados haviam transportado, com os arados e as lanças, aquela robusta concepção de pátria batalhadora e rural”. Em suma, o Brasil era a reencarnação, nos trópicos, do Portugal medieval. A preservação brasileira das antigas virtudes portuguesas era um dos tópicos de outro colaborador da *História da Colonização Portuguesa*, o medievalista Paulo Merêa. Merêa sublinhava que, embora em Portugal já então se sentisse os efeitos da centralização monárquica classicamente denunciada por Alexandre Herculano, D. João III ainda adoptara para o Brasil, tal como nas ilhas do Atlântico, a “política tradicional” das donatorias.¹⁴

Esta versão tropical do ruralismo liberal de Alexandre Herculano não ficou circunscrita à *História* dirigida por Carlos Malheiro Dias. Na década de 1940, Gilberto Freyre, o mais célebre dos cientistas sociais brasileiros, sublinhava, na mesma linha de interpretação, que, felizmente, “o elemento humano básico da colonização agrária do Brasil” haviam sido os “portugueses de boa e antiga linhagem rural”, os “chamados portugueses velhos”, acompanhados pelos “camponeses analfabetos”, que mantinham o “tradicional amor da agricultura”, o “amor das árvores e da vida rural”. Os outros portugueses, os “inimigos da agricultura”, os “judeus urbanos”, tinham desempenhado um papel meramente complementar, ajudando, com o seu jeito para o comércio, à circulação dos produtos da agricultura. Do estabelecimento no Brasil de uma população rural, proviera uma nova “pátria”, isto é, criara-se aquela relação íntima, emocional, completa, entre os habitantes e a terra. Essa relação preparara a “autonomia”, de modo que o Brasil passou naturalmente de “colónia”, ainda submetida à metrópole, a uma “pátria” independente.¹⁵

Em suma, a Índia e o Brasil ofereciam o contraste entre, respectivamente, uma expansão guerreira, assente na coacção dos indígenas, e uma expansão baseada no povoamento rural e na assimilação. De um lado, fundara-se um domínio militar, sempre ressentido pelos povos a ele sujeitos, e que por isso só durara enquanto houvera força. Do outro lado, haviam-se lançado as bases de uma comunidade autónoma, uma réplica da comunidade de origem dos colonizadores, onde os povos indígenas se haviam também integrado. O divórcio entre Portugal e a Índia, apesar da manutenção do Estado da Índia, era fatal. Pelo contrário, entre Portugal e o Brasil havia, apesar da independência brasileira, uma continuidade orgânica. Aliás, na *História de Malheiro Dias*, o historiador brasileiro Oliveira Lima explicava que a nação portuguesa do Brasil se começara a encaminhar para a independência, não contra Portugal, mas durante o domínio espanhol (1580-1640), isto é, contra Espanha. Assim, a origem da autonomia brasileira estava, paradoxalmente, no patriotismo português.¹⁶ Na portada da obra, declarara-se, significativamente, que “o Brasil não chegou a ser uma colónia. Foi logo nação, foi logo pátria: a nova pátria portuguesa”. Daí o “sentimento nacionalista da colonização” de que falava Malheiro Dias. Não era um ponto de vista novo. Alberto de Oliveira, o principal teórico

do “nacionalismo” literário em 1894, já tinha visto no Brasil o “testamenteiro da nossa riqueza espiritual”, não apenas um novo Portugal, mas um Portugal-maior.¹⁷

A prioridade da “colonização interna” na cultura do patriotismo cívico do século XIX, e a ideia das duas expansões

A oposição entre a Índia e o Brasil, pressuposta pela *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, expressava a sabedoria corrente entre os literatos e eruditos portugueses da segunda metade do século XIX. A história da Índia era uma história de guerras no mar e cercos a cidades costeiras, a de um “império marítimo”. Em 1877, o historiador Costa Lobo notava que “a intenção dos portugueses nunca foi povoar a Índia”. Em 1885, o Conde de Ficalho resumia assim a saga do império oriental: “Os portugueses saquearam a Índia: a Índia corrompeu-os”. Pelo contrário, a história do Brasil era a história da emergência de uma nação em “terras fertilíssimas”, próprias para a “colonização”. Por isso, a conquista da Índia era mesmo deplorada, na medida em que, no século XVI, distraía os portugueses da sua mais gloriosa obra, a colonização do Brasil.¹⁸

Qual o sentido deste profundo contraste entre o domínio militar da Índia e o povoamento rural do Brasil? Não era uma oposição inédita. Já em 1608, nos *Diálogos do Sítio de Lisboa*, Luís Mendes de Vasconcelos estabeleceu a antítese muito claramente. A Índia era uma “milícia” que consumia gente “continuamente”. O Brasil e as ilhas do Atlântico, pelo contrário, tinham-se “povoado” e abasteciam o reino de açúcar e pão: “e assim destas terras recebemos o benefício que a conquista da Índia nos nega”. De facto, a “conquista da Índia cai no género deleitoso”, uma glória unicamente militar, de tal modo que “fôra mais útil não se intentar a conquista da Índia”.¹⁹ Por outro lado, a dicotomia entre “conquista” e “colonização” não era um tema especificamente português. Hegel, por exemplo, utilizou-a para explicar a aparente diferença de fortuna entre a América do norte e a do sul. Depois de citar a divergência religiosa (a América do norte era protestante, e a do sul era católica), Hegel acrescentava que “outra diferença é que a América do sul foi conquistada, enquanto a do norte foi colonizada. Os espanhóis apoderaram-se da América do sul para dominar e fazer-se ricos, quer por meio de cargos públicos, quer por meio de exações”.²⁰ (sublinhado meu) Assim, o Brasil era reduzido a uma “conquista” por contraste com a “colonização” norte-americana — era o contrário da tese de Carlos Malheiro Dias, mas obedecia à mesma lógica.

Para compreendermos o contexto ideológico em que, nos fins do século XIX e princípios do século XX, a “conquista” e a “colonização” foram diversamente valorizadas, teremos de regressar a uma das outras referências da fantasia medieval da *História da Colonização Portuguesa no Brasil*: Oliveira Martins.²¹ Martins não foi a inspiração directa dessa História, mas usou as mesmas classificações históricas. Nos seus escritos sobre a expansão portuguesa, Oliveira Martins distinguiu três tipos de estabelecimentos ultramarinos: as “feitorias” do Oriente, as “fazendas” de

África e do Brasil e as “povoações” das ilhas atlânticas. Como se vê, Martins, tal como Carlos Malheiro Dias, usava também a distinção entre povoamento e outras formas de domínio para perceber a expansão ultramarina. Ao contrário dos colaboradores da *História da Colonização*, porém, Martins considerava que o Brasil, em pleno século XIX, ainda não arrancara da fase de “fazenda” ou “plantação”, para se tornar uma nação completa. O Brasil sofria de uma população demasiado heterogénea (por causa da emigração africana, alemã e chinesa) e da mono-cultura do café. Ou seja, a equipa de Carlos Malheiro Dias dava como adquirido aquilo que Oliveira Martins ainda considerava um objectivo a alcançar. Os conselhos de Martins aos brasileiros partiam do princípio de que “só uma população homogénea fixa, mais ou menos produtora de tudo o que é essencial à vida, pode constituir verdadeiramente uma nação”. Ora, estas recomendações eram semelhantes às que fez aos portugueses no seu projecto de Fomento Rural de 1887.²²

Já indicámos, noutro estudo sobre este mesmo tema, como o programa de Fomento Rural expressava um projecto político, o de criar em Portugal uma comunidade democrática fundada numa massa de lavradores proprietários. O ponto de partida de Oliveira Martins era a ideia de que a liberdade política só era possível entre iguais. Em Portugal, esta comunidade igualitária só poderia ser realizada se a população fosse transformada numa massa de lavradores prósperos. Em *Política e Economia Nacional*, Martins citou Aristóteles, Maquiavel e Montesquieu,²³ as principais referências da tradição europeia do republicanismo clássico, para provar que o ideal do cidadão de um estado livre correspondia ao “lavrador soldado”, ao chefe de família na posse dos meios necessários para levar uma vida independente.²⁴ Sem este tipo de população, a democracia era impossível. Ganhões analfabetos e operários miseráveis não podiam constituir a base de uma cidadania. O “pilare da liberdade” estava numa classe de produtores livres, que Oliveira Martins desejava proteger da concorrência e incertezas da economia internacional.²⁵

Martins ecoava aqui as preocupações cívicas dos políticos liberais do século XIX. Como se apercebeu John Stuart Mill, os liberais acarinharam sempre os pequenos proprietários e lavradores, em que reconheceram a base da estabilidade social.²⁶ Alexandre Herculano imaginou Portugal como um país de pequenas aldeias, povoadas por lavradores patrióticos e padres de espírito aberto. Era essa a filosofia da novela *O Pároco de Aldeia*, publicada pela primeira vez em *O Panorama* em 1843, e que permeou as novelas de Júlio Diniz, de grande voga em 1868-1871. Também António Feliciano de Castilho, em 1850, elegera os campos como o sítio em que os bandos políticos e as classes se podiam desfazer numa vida mediana e na comunhão com a natureza, como os “Romanos da República, essa gente exemplar”. Por isso, concluía Castilho: “para Portugal não há já hoje outra ocupação possível. A conquista? Não. Os descobrimentos? Não. As minas? Não. A Indústria? Não. As nossas conquistas, os nossos descobrimentos, as nossas minas, a nossa indústria, é o solo da Pátria. É o único mister para que ainda nos restam braços, instrumentos, forças, e liberdade. É o único labor, em que nenhuma inveja estrangeira perigosas hão-de vir perturbar-nos. O ceptro de D. Afonso Henriques e o de D. Manuel, perderam-se; o de D. José quebrou-se. Ceptro, e não escárneo, só pode ser hoje no Trono Português, o de D. Sancho I e o de D. Diniz”.²⁷

Os reis “povoadores” da primeira dinastia haviam também de servir de patronos ao célebre projecto de fomento rural apresentado por Oliveira Martins ao parlamento em 1887. Depois de referir o crescimento demográfico entre os séculos XII e XV, Martins esclarecia: “Como se aumentou assim a população? *Colonizando*. Os nossos reis da primeira dinastia foram os construtores das bases do nosso edifício étnico”. (sublinhado meu) Segundo Martins, Portugal desenvolvera-se através de um processo de “colonização”, com a descida da população cristã desde o norte até às terras meridionais conquistadas aos Mouros. No século XVI, porém, o império ultramarino desviara essa corrente de emigração para a Índia e o Brasil. O sul do reino ficou abandonado, nas mãos de grandes latifundiários que, por negligência mas sobretudo por falta de mão de obra, deixaram sobreviver as charnecas. Entretanto, o império ultramarino acabara, mas a distorção permanecia: a população do norte continuava a ir para o Brasil, enquanto os imensos desertos do sul aguardavam cultivadores. Assim, um dos objectivos que Martins atribuiu a um sistema de “protecção do trabalho nacional” foi a “colonização” do sul do reino. Obras hidráulicas regariam as planícies áridas. Famílias de cultivadores do norte, de “colonos”, seriam atraídas para o sul. Os latifundiários alentejanos seriam encorajados a arrendar pequenos casais. Entretanto, a crescente produção de cereais e outros alimentos tornariam o país auto-suficiente. A nova população rural abriria um novo mercado para a indústria. Tudo isto se faria debaixo da asa carinhosa do estado. O estado defenderia os cerealicultores e indutriais com uma pauta alfandegária intransponível, investiria em infraestruturas, dispensaria crédito para os colonos e regularia a transmissão de propriedade enfitêutica, de modo a salvaguardar os direitos dos cultivadores. O sul era a nova fronteira, o horizonte de uma verdadeira “colonização nacional”: “a colonização interna”. O objectivo de Martins era tornar Portugal numa “nação-colmeia”, “uma nação vivendo dos seus próprios recursos naturais”, um modelo que Martins contrastava com o tipo de nações “coloniais ou comerciais” como a Grã-Bretanha e a Holanda. Tal como Castilho em 1850, Martins convencera-se de que Portugal nunca seria outra vez uma potência colonial. Em 1873, em *Portugal e o Socialismo*, Martins apontara o destino dos portugueses: tornar-se “uma nação de proprietários rurais”: “(...) com Proudhon entendo que a justa distribuição da propriedade coalharia um território de pequenas casas, cada qual com a sua família semi-camponesa, semi-cidadã, em volta uma courela e um jardim, e por toda a parte o bem estar que provem da liberdade, da igualdade e do trabalho”.²⁸

Martins articulava assim as velhas e novas aspirações da elite liberal portuguesa. A esquerda liberal desejava sempre encher as áridas planícies do Alentejo com “cidadãos honestos”, tornar a liberdade “real” através de reforma agrária, obras públicas e acesso ao crédito.²⁹ A direita liberal, por sua vez, descobria, no fim do século XIX, que a “força conservadora do ruralismo” constituía o “agente ponderador que equilibra a vida histórica dos povos e lhe mantem a continuidade através das metamorfoses impostas pela misteriosa energia evolutiva”.³⁰ Por isso, em 1898, em plena quadra da comemoração da viagem de Vasco da Gama, a grande imprensa de Lisboa lembrava que o “comércio da Índia foi a nossa ruína” e recordava o Velho do Restelo.³¹ Quando se falava de “colonização”, era do Alentejo que se tratava.³²

Este projecto de “colonização interna” não correspondia apenas às tendências dominantes na cultura política portuguesa da segunda metade do século XIX. Os radicais ingleses ligados ao líder liberal Joseph Chamberlain, por exemplo, tinham desenvolvido uma visão política muito semelhante à de Oliveira Martins. Também eles defendiam o estabelecimento em Inglaterra de uma sociedade democrática de pequenos lavradores independentes, que esperavam ressuscitar contra as devastações do industrialismo. Dadas as diferenças entre Portugal e a Inglaterra, a analogia entre os projectos de Chamberlain e Martins reforça a hipótese de o “ruralismo” dos planos de Martins não derivar de uma mera consagração das condições existentes em Portugal, mas de um projecto político fundado numa comum cultura europeia de patriotismo cívico. De facto, o projecto de estabelecer uma democracia de pequenos produtores independentes uniu vários movimentos políticos na Europa e na América do Norte na viragem do século XIX para o século XX. Por detrás destes programas de reforma social fundada no regresso à terra e na disseminação da sua propriedade estava a ideia de que todos os conflitos regionais, sociais e culturais podiam ser ultrapassados se a maior parte da população se integrasse numa comunidade de pequenos produtores, preferencialmente lavradores proprietários. Nunca, até ao século XX, foi claro para todos que o destino da Europa estivesse nas fábricas, lojas e escritórios das grandes cidades. No fim do século XIX, a propriedade camponesa e a sua relação com a vida colectiva converteram num tópico favorito dos novos cientistas sociais, não apenas por curiosidade arqueológica mas com um sentido normativo. Era o caso dos discípulos de Frederic Le Play, que em 1909-1910 entraram em Portugal com o patrocínio de D. Manuel para descobrir o modelo de família ideal entre os camponeses do noroeste do país.³³

A utopia da “colonização interna” continha em si a repulsa da ideia de expansão ultramarina, tal como é claro em António Sérgio, um dos herdeiros de Oliveira Martins no princípio do século XX. Em 1924, Sérgio opôs “dois pensamentos políticos nacionais”: um correspondia à “escola da precedência da colonização metropolitana (em 1957, Sérgio emendou para “do trabalho agrícola ou manufactureiro”); o outro, à “escola da precedência da actividade do transporte, do tráfico, da exploração comercial dos produtos do ultramar”.³⁴ Sérgio aproveitava aqui uma ideia de Oliveira Martins, que, nos *Filhos de D. João I*, opusera a política representada pelo infante D. Pedro à política do infante D. Henrique: a primeira era a do “bom senso”, da concentração de esforços no próprio país; a segunda era a da “aventura ultramarina”.³⁵ Na política de “transporte”, Sérgio distinguia a herança nefasta de uma aristocracia guerreira, desviada do trabalho produtivo pela reconquista na Península Ibérica. A nobreza portuguesa, ao contrário da aristocracia provincial inglesa, habituara-se a viver à custa da depredação contra os mouros e asiáticos, da inquisição contra os judeus, da exploração dos escravos negros. Os descobrimentos não tinham sido mais do que a extensão da rapinagem ao ultramar. Os portugueses nunca haviam desenvolvido uma “vida normal”, isto é, a vida baseada no trabalho, na indústria.³⁶ Por detrás desta visão, levantava-se também a inspiração positivista. Herbert Spencer estabelecera que as sociedades evoluíam “normalmente” de uma fase guerreira-predadora para uma fase industrial-pacífica.³⁷ A decadência dos ibéricos explicava-se pela sua fixação na fase guerreira-predadora, que os deixara

desadaptados em relação ao meio ambiente moderno. Os descobrimentos, segundo Sérgio, eram precisamente o sintoma dessa fixação portuguesa numa fase ultrapassada da evolução humana. Nem o aspecto comercial os poderia redimir, visto que Sérgio considerava a "traficância" como uma outra maneira habilidosa de viver sem trabalhar, semelhante à "cavalaria". O ideal de Sérgio, igual ao de Oliveira Martins, estava nos "povos de equilibrada fundação agrária".³⁸

O objectivo de Sérgio era apoiar os projectos do seu amigo Ezequiel de Campos, colaborador da *Seara Nova*, ministro da Agricultura, e (segundo Sérgio) testamenteiro da proposta de fomento rural de Oliveira Martins. Mas havia de ser com o próprio Ezequiel de Campos que Sérgio aprenderia que a preferência pela "fixação" não excluía a expansão ultramarina. Campos, tal como Oliveira Martins, queria ocupar o território metropolitano, através de "obras de rega e enxugo". Pretendia mesmo "reduzir o urbanismo", proibindo novas construções nas cidades e vilas. Os portugueses deviam ser incentivados a retirar-se para os campos, para o que seria conveniente "facultar terra e meios de cultivo a todos os portugueses que desejem ser cultivadores". Quanto ao ultramar, Campos não considerava "prudente sonhar planos larguíssimos de fomento colonial que não somos capazes de realizar". Mas, segundo ele, também a expansão ultramarina podia ser concebida dentro do espírito ruralista que devia presidir à ocupação da metrópole. Colonizar, para Ezequiel de Campos, devia consistir em povoar os planaltos angolanos com "cultivadores". Outro "seareiro", Quirino de Jesus, resumiria o projecto ao escrever que se tratava de "colonizar" tanto Portugal, como Angola. A ocupação do ultramar, segundo os colegas de António Sérgio na *Seara Nova*, deveria consistir numa "colonização agrícola", a única maneira de "nacionalizar" as colónias, quer "enraizando" a "raça branca" nas "regiões habitáveis", isto é, nos planaltos angolanos, quer dando "estímulo aos indígenas para a cultura".³⁹ Sérgio acabou por absorver esta lição e convenceu-se finalmente de que o domínio do ultramar podia ser também "fixação", um prolongamento da "colonização interna", com o estabelecimento de população em actividades agrícolas que lhe permitissem uma vida desafogada e estável dentro de uma comunidade democrática.⁴⁰

Tinha sido este tipo de expansão ultramarina que Carlos Malheiro Dias e os seus colaboradores haviam identificado no Brasil. Malheiro Dias caracterizara este método de colonização de duas maneiras: por um lado, como próprio dos povos pequenos e sem muitos capitais, que só através da fixação de uma população rural poderiam aspirar a ocupar territórios; por outro lado, como o método "romano", por oposição à "concepção fenícia", favorável às meras feitorias comerciais.⁴¹ O que, portanto, estivera sempre errado na expansão ultramarina fôra o "espírito guerreiro" que impedira a "colonização" — algo que Antero de Quental já sugerira em 1871.⁴² Assim, a redenção do ultramar estava, simplesmente, na aplicação aí do modelo da "colonização interna". Este recurso, de resto, já havia sido sugerido em 1905 pelo goês Francisco Fernandes para salvar a Índia. Fernandes atribuía a emigração dos rapazes educados de Goa para a Índia inglesa à dissolução das famílias e à expansão dos latifúndios. Para fixar população, congeminou uma adaptação indiana do projecto de Fomento Rural apresentado por Oliveira Martins em 1887. Através da enfiteuse e da instituição dos *casais de família*, criar-se-ia uma classe de

pequenos proprietários em Goa. Um pouco mais de autonomia municipal despertar-lhes-ia o civismo. Estariam assim criadas as condições para a emergência de uma nação portuguesa na Índia segundo o “método romano”.⁴³

Foi, portanto, no quadro da cultura de patriotismo cívico, com a sua preferência pela colonização interna, que o contraste entre as “feitorias-fortalezas” da costa de África e da Índia, por um lado, e o “povoamento” das ilhas atlânticas e do Brasil, por outro, se popularizou e converteu no factor explicativo mais favorecido pelos historiadores da expansão que se formaram na primeira metade do século XX, à volta dos grandes empreendimentos colectivos desta época, como a *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (1922), a *História de Portugal* (1928) ou a *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1937). Assim, Manuel Múrias, um dos coordenadores da *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, concebeu a existência de duas “escolas” de expansão, logo estabelecidas no século XV: uma desenvolvida nas “praças da África e feitorias africanas”, e outra apurada durante “a povoação das ilhas do Atlântico”. A partir daqui, a expansão portuguesa produziu “dois impérios”: um, no Oriente, “de base militar e comercial”, e o outro, no Brasil, “de base agrária como nas terras conquistadas na Península aos mouros e nas ilhas de novo achadas e povoadas”.⁴⁴ Na *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, Jaime Cortesão, que aliás também colaborara com Carlos Malheiro Dias no projecto brasileiro, usara já esta dicotomia para explicar os diferentes destinos das possessões portuguesas no século XVII. A tendência geral tinha sido, nesse século, para a decadência, mas decadência sobretudo “naquelas sociedades coloniais, onde, em vez de procurarem estabelecer pela agricultura e a indústria uma sólida e sã economia, os Portugueses se deram quase exclusivamente à exploração do trabalho alheio pela violência e ao corrosivo comércio da escravatura”. Era esse o caso da Índia e da África. Não era, porém, o caso do Brasil. Aí, num “ambiente de luta e de trabalho”, “deparasse-nos o mesmo português do fim da Idade Média”.⁴⁵

Também o mais importante e reputado historiador da expansão portuguesa da segunda metade do século XX, Vitorino Magalhães Godinho, fez desta oposição um dos fundamentos dos seus juízos sobre a expansão. Desde 1945, Godinho separou duas políticas da expansão: a pilhagem nobiliárquica, tal como ela teria sido praticada em Marrocos e na Índia, e “uma política de descobertas geográficas, povoamento e contactos pacíficos”. O apogeu desta última ter-se-ia dado entre 1440 a 1448, sob a regência do infante D. Pedro, a quem se deveria “o incremento da colonização e exploração dos Açores, bem como o avanço mais considerável nos desobrimientos geográficos e o estabelecimento de relações comerciais nas costas do Sáara e da Guiné”. A “colonização”, no sentido definido pelos apologistas da “colonização interna”, permeava as preferências de Godinho. Com efeito, Godinho sublinhava que o estabelecimento português em Marrocos falhara no século XV, não porque o “lugar não se prestava à lavoura”, mas sobretudo porque “os nobres que iam a Ceuta pretendiam enriquecer rapidamente e regressar ao reino, de modo que, em vez de protegerem a colonização portuguesa e as aldeias dos mouros, preferiam, em frequentes cavalgadas, roubar gado, saquear povoações e apresar cativos que pagavam bons resgates”. Assim, segundo Vitorino Magalhães Godinho, as duas primeiras “causas da decadência marroquina na segunda metade do século XV e

pequenos proprietários em Goa. Um pouco mais de autonomia municipal despertar-lhes-ia o civismo. Estariam assim criadas as condições para a emergência de uma nação portuguesa na Índia segundo o “método romano”.⁴³

Foi, portanto, no quadro da cultura de patriotismo cívico, com a sua preferência pela colonização interna, que o contraste entre as “feitorias-fortalezas” da costa de África e da Índia, por um lado, e o “povoamento” das ilhas atlânticas e do Brasil, por outro, se popularizou e converteu no factor explicativo mais favorecido pelos historiadores da expansão que se formaram na primeira metade do século XX, à volta dos grandes empreendimentos colectivos desta época, como a *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (1922), a *História de Portugal* (1928) ou a *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1937). Assim, Manuel Múrias, um dos coordenadores da *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, concebeu a existência de duas “escolas” de expansão, logo estabelecidas no século XV: uma desenvolvida nas “praças da África e feitorias africanas”, e outra apurada durante “a povoação das ilhas do Atlântico”. A partir daqui, a expansão portuguesa produzira “dois impérios”: um, no Oriente, “de base militar e comercial”, e o outro, no Brasil, “de base agrária como nas terras conquistadas na Península aos mouros e nas ilhas de novo achadas e povoadas”.⁴⁴ Na *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, Jaime Cortesão, que aliás também colaborara com Carlos Malheiro Dias no projecto brasileiro, usará já esta dicotomia para explicar os diferentes destinos das possessões portuguesas no século XVII. A tendência geral tinha sido, nesse século, para a decadência, mas decadência sobretudo “naquelas sociedades coloniais, onde, em vez de procurarem estabelecer pela agricultura e a indústria uma sólida e sã economia, os Portugueses se deram quase exclusivamente à exploração do trabalho alheio pela violência e ao corrosivo comércio da escravatura”. Era esse o caso da Índia e da África. Não era, porém, o caso do Brasil. Aí, num “ambiente de luta e de trabalho”, “deparasse-nos o mesmo português do fim da Idade Média”.⁴⁵

Também o mais importante e reputado historiador da expansão portuguesa da segunda metade do século XX, Vitorino Magalhães Godinho, fez desta oposição um dos fundamentos dos seus juízos sobre a expansão. Desde 1945, Godinho separou duas políticas da expansão: a pilhagem nobiliárquica, tal como ela teria sido praticada em Marrocos e na Índia, e “uma política de descobertas geográficas, povoamento e contactos pacíficos”. O apogeu desta última ter-se-ia dado entre 1440 a 1448, sob a regência do infante D. Pedro, a quem se deveria “o incremento da colonização e exploração dos Açores, bem como o avanço mais considerável nos descobrimentos geográficos e o estabelecimento de relações comerciais nas costas do Sáara e da Guiné”. A “colonização”, no sentido definido pelos apologistas da “colonização interna”, permeava as preferências de Godinho. Com efeito, Godinho sublinhava que o estabelecimento português em Marrocos falhara no século XV, não porque o “lugar não se prestava à lavoura”, mas sobretudo porque “os nobres que iam a Ceuta pretendiam enriquecer rapidamente e regressar ao reino, de modo que, em vez de protegerem a colonização portuguesa e as aldeias dos mouros, preferiam, em frequentes cavalgadas, roubar gado, saquear povoações e apresar cativos que pagavam bons resgates”. Assim, segundo Vitorino Magalhães Godinho, as duas primeiras “causas da decadência marroquina na segunda metade do século XV e

no século XVI" teriam sido: em primeiro lugar, "a ausência de *política de colonização e de fomento agrícola e industrial*"; em segundo lugar, "depredações e consequente despovoamento provocado pela cobiça desenfreada dos cavaleiros" — e Godinho acrescentava: "*mesmo fenómeno que no Império oriental*" (sublinhados meus).⁴⁶

Ou seja, a expansão portuguesa teria falhado sempre que descambou em zia de cavaleiros irresponsáveis, em simples militarismo, sem a preocupação de fixar população portuguesa e integrar pacificamente as populações locais. Esta visão da expansão era fundamentalmente democrática, em dois sentidos: quer pela sua preferência por movimentos populacionais, de massas, quer por uma declarada repugnância pelos "fidalgos". O historiador brasileiro Oliveira Lima, no último estudo da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, notava que os fidalgos portugueses estabelecidos no Brasil haviam sido "*democratizados pelo ambiente social e nalguns casos pelos cruzamentos*" (sublinhado meu).⁴⁷ De resto, porém, a predominância da fidalguia em qualquer empresa foi sempre entendido como a causa principal de eventuais desastres. Era assim que Jaime Cortesão explicava o descalabro do Estado da Índia, onde "a nobreza militar fôra sempre a classe dominante": "a sua indisciplina, que por vezes degenerou em lutas civis, apressou a queda do império". A "intolerância feroz" que o "fanatismo" inspirava às "ordens religiosas" sabotara o padroado. Segundo Cortesão, no entanto, havia na Ásia uma "excepção": Macau. Ora Macau teria escapado à decadência portuguesa no Oriente, precisamente porque era uma comunidade burguesa, civil. Em Macau desenvolvera-se, segundo Cortesão, "uma burguesia comercial riquíssima, a qual, *à maneira das repúblicas urbanas da Idade Média, logo se organizou democraticamente*". (sublinhados meus) Era portanto uma pequena república, onde o sentimento da pátria se desenvolvera, ajudado pelo trabalho honesto e pela igualdade. A sobrevivência e prosperidade de Macau no século XVII confirmava a regra geral da expansão portuguesa: tudo tinha corrido bem, sempre que "(as comunidades portuguesas) se desenvolveram em *bases de trabalho normal* e fora da tutela asfixiante e do exemplo dissolvente da nobreza militar".⁴⁸

Assim, na primeira metade do século XX, a separação entre Marrocos, Índia, e Brasil na história da expansão, mais do que geográfica e cronológica, adquiriu uma dimensão temática. Marrocos e a Índia forneciam temas militares, enquanto o Brasil era pretexto de estudos sobre "colonização" e "integração territorial".⁴⁹ Ora, esta compartimentação não era um mero produto dos "dados". Era o resultado da aplicação de uma dicotomia ideológica à plasticidade das fontes. Tal é visível no facto de ser perfeitamente praticável contar a história dos vários "impérios" portugueses de uma maneira igual, independentemente das paragens. Podia-se reduzir as expansões ao mesmo batalhar de exploradores, cavaleiros e missionários. No caso do Brasil, por exemplo, bastava dar mais ênfase às guerras contra os holandeses no século XVII para reduzir a "colonização" a uma campanha militar.⁵⁰ Mas podia-se também promover as expansões à mesma nobre fixação de portugueses e aportuguesamento de indígenas. Foi o que fez para o caso da Índia o goês Guilherme Moniz Barreto, a partir do livro do seu conterrâneo Frederico Diniz Ayala. Em Goa, segundo Moniz Barreto, tinha existido uma "colônia portuguesa", constituída pelas famílias chamadas "descendentes", que tradicionalmente forneciam os oficiais ao

exército português do Estado da Índia. Barreto descreveu essa “colónia” em termos muito parecidos com os utilizados por Jaime Cortesão para Macau, como “semelhante ao das pequenas repúblicas da antiguidade ou da renascença italiana, Atenas ou Veneza”. Solidária entre si, a nobreza militar de Goa identificara-se totalmente com o “dever cívico”. Em pleno século XIX, constituíam o último grupo português em que sobreviviam “os instintos, as tradições e o génio mesmo do velho Portugal do século XVI”.⁵¹ As fontes não determinavam as visões historiográficas.

Em suma, na primeira metade do século XX, a historiografia portuguesa começara a trabalhar com dois ideais-tipos de expansão ultramarina. Uma, a expansão militar, aristocrática; outra, a expansão pacífica, sobretudo rural, democrática. A Índia representava a primeira; o Brasil, a segunda. A história dos impérios de Marrocos e da Índia era uma saga de famosos cavaleiros e de alguns santos missionários. O império do Brasil tinha, pelo contrário, uma feição anónima e planeada. A separar um e outro estava a oposição entre dois tipos sociais: de um lado, a sociedade aristocrática, guerreira, fundada na conquista e na pilhagem; do outro lado, a sociedade civil, igualitária, fundada na produção e na troca, mas sobretudo numa forma de vida estável representada pelas comunidades de pequenos lavradores abastados. Por detrás desta visão dicotómica, estava um projecto de transformação da sociedade portuguesa, concebido no quadro da cultura do patriotismo cívico do estado liberal, fortemente marcado pela tradição europeia do republicanismo clássico. Esse projecto apontava para a democratização da vida portuguesa através da constituição de uma população de lavradores independentes, suficientemente abastados para poderem desempenhar os seus deveres cívicos no quadro do estado liberal. Foi este modelo que, num primeiro momento, serviu para condenar a expansão ultramarina, mas que, num segundo momento, se projectou no ultramar. O modelo da expansão favorecido pelos adeptos da “colonização interna” viria assim a corresponder à criação, no ultramar, de uma nação, tal como aquela que se esperava criar no Portugal europeu. A *História da Colonização Portuguesa no Brasil* era uma simples ilustração deste desejo, a de que a dominação ultramarina pudesse assentar no “método romano”, através do povoamento com migrantes metropolitanos e da aculturação dos indígenas, e portanto ser entendida como a réplica daquela comunidade igualitária e autónoma que se desejava construir no Portugal europeu.

O terceiro Portugal: a projecção em África do modelo da colonização interna

Podemos seguir a consolidação deste pensamento através das congeminações dos principais entusiastas do esforço de ocupação entre 1870 e 1940. Repare-se que o nosso objectivo não é esgotar as razões de determinadas medidas e orientações, mas apenas explorar as linguagens em que essas medidas e orientações foram formuladas.

A dicotomia entre conquista e colonização, traduzida na oposição entre uma era passada, em que a expansão ultramarina se fundara na força militar, e uma nova era, em que devia predominar o trabalho, sobretudo o trabalho agrícola, foi o ponto de partida do que João de Andrade Corvo e Júlio de Vilhena escreveram sobre o ultramar. Corvo foi o ministro da marinha e ultramar dos governos de Fontes Pereira de Melo na década de 1870, e Vilhena teve a mesma pasta duas vezes, em 1881 e 1890. Corvo e Vilhena não foram apenas responsáveis pela política ultramarina em momentos cruciais do último quartel do século XIX, mas quiseram também, em estudos e relatórios oficiais, elaborar a doutrina correspondente a essa política. Em 1883, João de Andrade Corvo esclarecia que a ocupação de África nunca poderia ser o prolongamento da antiga história colonial, da época da Índia, onde os portugueses se tinham ocupado sobretudo com o "monopólio do comércio das especiarias, guardado e mantido pela força". Esse "século das conquistas e monopólios" tinha sido uma época de corrupção de costumes e de fanatismo, causa da "decadência" que se seguiu. O novo período da história colonial, que Corvo esperava ver inaugurar-se no fim do século XIX, seria o "período do trabalho livre, da exploração das riquezas naturais: o período do verdadeiro desenvolvimento agrícola, industrial e comercial, em *condições normais* e em conformidade com os princípios económicos" (sublinhado meu). Em relação a África, Corvo, acima de tudo, condenava a tradição do tráfico de escravos. A escravatura impedira a "colonização" da África, ao despovoar a terra e desviar os portugueses da "agricultura".⁵² Vilhena, na mesma linha, recomendava uma época de "capital e trabalho" para ultrapassar o "período da conquista, da espada e da cruz, da aventura cavalheiresca e fidalga, do feito audacioso, nem sempre digno do poema épico, porque não raras vezes encobria a crueldade, a extorsão e a rapina".⁵³ Ou seja, a colonização portuguesa de África, como disse um dos admiradores da política de Corvo, devia iniciar-se como um capítulo distinto, fechando o "período homérico, político, militar e religioso das colónias".⁵⁴ Para isso, como já aconselhara um outro ministro do ultramar, Luís Augusto Rebelo da Silva (1869), era preciso renunciar à atitude de "fidalgos" conquistadores. Era, sobretudo, necessário renegar a memória do "imenso empório criado na Índia", ao qual se havia, durante décadas, sacrificado a América e a África.⁵⁵

A concepção da colonização africana como uma empresa radicalmente diferente da conquista militar e fidalga, que era suposto ter comprometido o império do Oriente no século XVI, foi um passo essencial para possibilitar que a ocupação de África viesse a ser assimilada ao tipo de "colonização interna" favorecido pela cultura do patriotismo cívico. Esta assimilação, bem como as suas razões mais profundas, transparece no livro que o major Henrique de Carvalho, antigo director das obras públicas em Angola, publicou em 1892, sob o patrocínio da revista *Colónias Portuguesas*, uma das mais importantes fontes de propaganda africanista. Como todos os africanistas, Carvalho ressentia a "forte descrença a respeito das nossas actuais colónias" que dominava em Portugal. Segundo Carvalho, os cépticos haviam concluído apressadamente que Portugal, não dispondo dos recursos militares e financeiros das potências europeias interessadas na ocupação e exploração de África, estava condenado a ser espoliado mais tarde ou mais cedo. Havia ainda a

convicção, confirmada por Oliveira Martins, de que a grande prioridade nacional era explorar a própria metrópole, sobretudo “arrotear os terrenos que se acham incultos”. Contra este quadro de cepticismo colonial e prioridades domésticas, Henrique de Carvalho esforçava-se por provar duas coisas: em primeiro lugar, que os portugueses, ao contrário do que parecia, tinham vantagens sobre os outros europeus no que dizia respeito a África; em segundo lugar, que a ocupação de África interessava ao país da mesma maneira que o povoamento dos incultos no Alentejo. Os outros estados europeus preocupavam-se apenas em “manter o seu prestígio nacional e abrir novos mercados ao seu comércio e às suas indústrias”. Os Portugueses, porém, tinham motivos mais nobres: colonizar as “terras da África central” e “adoçar e transformar a natureza dos seus indígenas e o seu modo de ser social”. A razão desta diferença era racial. Os Portugueses eram, com espanhóis, italianos e judeus, os únicos europeus capazes de se adaptar “às terras e aos climas intertropicais”. Em relação a estes, porém, os portugueses tinham ainda a vantagem de ser um povo rural. Enquanto os outros europeus tratavam de explorar África, só os Portugueses estavam em condições de lá se instalar e conviver com as populações nativas, porque “os indígenas adaptam-se com facilidade aos usos e costumes dos portugueses, que”, de todos os europeus, “são os mais brandos para com eles”. Os indígenas eram essenciais nesta política de ocupação, porque o africano era “um colono precioso e um trabalhador por excelência”. Carvalho condenava o sistema de plantações com trabalho servil, na medida em que “retardavam” os progressos da agricultura. O que interessava era fazer dos indígenas “pequenos proprietários agrícolas” e artesãos. Era fundamental desfazer a sombra da escravatura, que fizera os indígenas desconfiados. A política a seguir era “progressiva e assimiladora”. As fazendas abertas pelos portugueses seriam “escolas práticas” para os indígenas. Aliás, os primeiros colonos deveriam ser os próprios indígenas. Eles preparariam o terreno para o influxo de portugueses. Os “cruzamentos” entre os emigrantes e os indígenas (depois de estes já estarem civilizados), como em Cabo Verde, criariam “verdadeiras colónias portuguesas”. O objectivo final era fundar novas “nações” que, um dia, viriam a emancipar-se, com vantagem para a metrópole, pois as “relações que essa nação depois mantem com os povos transformados em nação livre, não serão menos úteis nem menos vantajosas do que nos tempos em que se conservaram sob o seu regime colonial”. E Carvalho concluía: “Assim se robustecem as nacionalidades” no mundo.⁵⁶

Desta forma, Henrique de Carvalho, na década de 1890, redimia a ocupação de África, contra os cépticos e os puritanos da “colonização interna”, através da sua inscrição no projecto, alimentado pelo patriotismo cívico, de desenvolvimento da comunidade nacional. O domínio de África passava, assim, a ser parte do mesmo projecto de “colonização interna”. Ora, não era bem assim que se pensavam os impérios mundiais na Europa do fim do século XIX. A rebelião das colónias europeias na América no fim do século XVIII, princípio do século XIX, parecia provar que qualquer política de integração imperial estava condenada ao fracasso. Muitos passaram a preferir o tipo de domínio inglês na Índia: um império indirecto, sem despesas para a metrópole (“mantido por tropas indianas e pago com dinheiro indiano”), e meramente vocacionado para a exploração económica. John-Robert

Seeley recomendara a redução dos impérios às grandes armadas policiando rotas e portos. Paul Leroy-Beaulieu advogara os investimentos privados, "emigração de capitais", mas sem "emigração de gente".⁵⁷ Mas a concepção da ocupação de África como prolongamento da colonização interna servia vários objectivos no caso português. Em primeiro lugar, permitia contornar a prioridade dada, no quadro da cultura do patriotismo cívico, à construção da nação na Europa. Em segundo lugar, possibilitava imaginar um futuro colonial para um país pequeno e fraco, sem meios para manter grandes esquadras ou exportar capitais, numa época em que os impérios pareciam uma prerrogativa das potências militares e financeiras. Em terceiro lugar, satisfazia a xenofobia vigente na elite portuguesa do fim do século XIX. Os pequenos aforamentos a lavradores nacionais, sobre os quais tanto se legislou, eram a alternativa para o sistema das concessões a companhias estrangeiras, que todos temiam viesse a "desnacionalizar" o ultramar.⁵⁸

Foi neste contexto que, em 1890, o médico Francisco Silva Telles argumentou ser a fixação de populações o único meio que restava aos portugueses para salvar os territórios tropicais das cobiças de ingleses e alemães. Telles, goês descendente, foi um dos grandes animadores da Sociedade de Geografia de Lisboa e o principal organizador do I Congresso Colonial Nacional de 1901, que a sua geração viu como o "complemento do tri-centenário de Camões e a desforra do Ultimatum de 1890".⁵⁹ Segundo Telles, a hegemonia em África iria ser decidida pela raça europeia que conseguisse proceder a uma "emigração consciente, calculada e sistemática". Os ingleses e os demais povos do norte da Europa nunca sobreviveriam em África. Mas os portugueses, sobretudo os do sul, tinham, devido aos seu fundo étnico, já formado pela miscegenação, capacidades ingénitas para se adaptarem aos climas tropicais. A sua fixação em Angola seria possível desde que se erradicasse o paludismo. Por outro lado, havia ainda a considerar o que Silva Telles chamava a "colonização mista", isto é, a miscegenação, que os ingleses e alemães jamais praticavam. Tinha sido essa a via pela qual a "raça portuguesa se tem fixado nos trópicos". Teles descreve-a assim: "a raça invasora funde-se com a indígena a diversos graus, mas conserva grupos de famílias na maior pureza de sangue". Tratava-se, assim, de aproveitar a multiplicação proporcionada pela mestiçagem ao mesmo tempo que se salvaguardava a hegemonia portuguesa.⁶⁰

A preferência pela fixação de população era acompanhada, em Teles, pela recusa da exploração comercial das colónias, à inglesa. Telles considerava-a contraproducente. A Europa já sofria de sobreprodução industrial, desemprego, e baixa de salários. Não havia qualquer vantagem em criar ainda mais concorrência em África: "Feitorias opulentas e colónias agrícolas com trabalhadores indígenas enriquecem grandes companhias, aumentam os capitais da metrópole", mas também "aumentam ainda mais, pelo excesso de industrialismo e de riqueza, a crise social que atravessa as grandes massas de proletários". A colonização de África só poderia ser benéfica se redundasse na "fixação da raça".⁶¹ Como insinuava um deputado em 1896, a expansão em África interessava na medida em que se pudesse lá estabelecer, como pequenos proprietários, os proletários que sofriam na metrópole: "É nas nossas colónias que o espírito revolucionário do trabalhador se acalmará".⁶²

Assim, segundo Henrique de Carvalho ou Silva Telles, "colonizar" em África,

deveria, forçosamente, significar “colonizar e povoar” como se fizera nas ilhas do Atlântico e no Brasil: “colonizar com portugueses”, isto é, “nacionalizar”. De facto, na década de 1890, a ocupação de África, mais especificamente dos planaltos de Moçâmedes e Benguela, seria equiparada à ocupação das charnecas do Alentejo: tratava-se, em ambos os casos, de fixar uma população de produtores de cereais, de fundar um “celeiro”. Entre 1884 e 1892, foram para lá enviados dois mil colonos madeirenses.⁶³ Esta obsessão é também notória nos dois mais famosos governadores-gerais de Angola no século XX: Henrique de Paiva Couceiro (1907-1909) e Nórton de Matos (1912-1915, 1921-1924). Tanto uns como outro se transformaram, durante a primeira metade do século XX, nas principais referências oraculares do pensamento colonial para a direita monárquica (Paiva Couceiro) e para a esquerda republicana (Nórton de Matos). Nas suas publicações sobre assuntos africanos, Paiva Couceiro tornou claro que “a ideia, a política, os objectivos a prosseguir em Angola visariam — segundo nós — a tornar a possessão ultramarina numa grande província portuguesa, falando a nossa língua, seguindo os nossos usos, mantendo as nossas tradições — prolongando, enfim, através das ilhas atlânticas, a própria Pátria-Mãe”.⁶⁴ O mesmo, aliás, diria um dos seus colaboradores, o coronel João de Almeida, ministro das colónias em 1926: a única política viável para Angola era “a colonização, tomada a palavra no seu verdadeiro significado — constituição dum fragmento da pátria num novo território, pela transmigração da sua população, com os hábitos, tradições e costumes peculiares”.⁶⁵ (sublinhado meu) Do outro lado da barricada, o general Nórton de Matos nem por isso deixava de partilhar das mesmas convicções colonizadoras. Para ele, a colonização que importava era a da criação de novas “nações”. A todos os que gabavam as vantagens do domínio colonial à inglesa ou à holandesa, Nórton de Matos respondia, invocando precisamente o caso do Brasil: “A minha opinião, de há muito formada, é que os holandeses teriam feito do Brasil, se o seu domínio se tivesse mantido, uma colónia mais próspera e mais produtiva do que a que os portugueses conseguiram, mas de modo algum teriam criado uma nação (...) A Holanda foi sempre um grande valorizador das terras de além-mar, um grande organizador do trabalho indígena; nunca foi, porém, um país colonizador em sentido português”. No Brasil, os portugueses haviam realizado uma colonização rural, própria do “país de lavradores” que, segundo o historiador Lúcio de Azevedo (citado por Nórton de Matos), Portugal tinha sido na Idade Média. Ou seja, o Brasil, como já o imaginara Malheiro Dias, era o Portugal medieval, era a “transplantação” de uma sociedade rural europeia para os trópicos. E Nórton de Matos insinuava: “Não é esta a obra de Angola ?”⁶⁶

A “transplantação” ruralista tinha que ver, aliás, com uma outra angústia que obcecou tanto Paiva Couceiro como Nórton de Matos: o risco da “desnacionalização” de Angola, através das intrusões alemãs e sul-africanas. Nada melhor, para impedir uma infiltração estrangeira, do que importar famílias metropolitanas e formar com elas um núcleo irredutível de portugueses. Por isso, Nórton de Matos, a quem não repugnava a assimilação e mesmo a miscigenação, não estava disposto, ao contrário de Henrique de Carvalho e de Silva Telles, a recorrer à mestiçagem imediatamente. Nos primeiros tempos, seria necessário manter os dois grupos afastados. Por um lado, os africanos estavam demasiado atrasados. Precisavam de protecção

para se desenvolverem gradualmente. Por outro lado, era necessário, acima de tudo, preservar os colonos portugueses em estado puro, para melhor resistirem a influxos estrangeiros. Os raciocínios de Nórton de Matos estiveram sempre determinados por considerações de estratégia internacional. Nórton desejava manter duas correntes de emigração de "famílias rurais portuguesas" para o Brasil e Angola: "A colonização da África Portuguesa e emigração para o Brasil têm de fazer-se simultaneamente". Em 1937, apelava à participação brasileira na expansão da cultura portuguesa na África austral, e à formação de um "bloco" no Atlântico sul, para barrar o caminho a outros imperialismos.⁶⁷

Tal inspiração nunca desapareceu das instâncias oficiais. Em 1928, o Alto Comissário em Angola, António Vicente Ferreira, propunha-se instalar na província "alguns milhões de habitantes", para a criação de "uma verdadeira nação, constituída por população branca, de preferência portuguesa: um segundo Brasil, ou melhor, um terceiro Portugal". O favorecimento de Angola é sintomático do que se pretendia fazer: é que Angola, não só tinha melhor clima, mas era considerada terra de pequenas empresas, enquanto Moçambique parecia definitivamente entregue a "grandes empresas, públicas ou capitalistas".⁶⁸ Em 1939, este tipo de pensamento havia de florescer exuberantemente nos projectos para a colonização dos planaltos do sul de Angola, apresentados por Francisco José Vieira Machado, o mais duradouro Ministro da Colónias de Oliveira Salazar (1936-1944).⁶⁹ Machado declarava Portugal "um país colonizador por excelência", vocação provada logo pela ocupação das ilhas do Atlântico, que teria servido de modelo à colonização do Brasil. Afonso de Albuquerque, na Índia, também tratara de colonização, quando, em 1509, sugeriu "os casamentos de portugueses com mulheres índias", uma "medida (que) não tinha só propósitos colonizadores", mas também "tendia a desfazer desinteligências entre as duas raças em presença". Machado queria preparar os futuros colonos num Instituto de Colonização, uma espécie de Casa Pia colonial, onde, sob a direcção de "missionários católicos portugueses", se iriam formar os "lavradores africanos portugueses" e as suas esposas. Para erradicar do espírito dos colonos "a ideia de regresso", estes seriam escolhidos de preferência entre órfãos. A "fixação da raça branca" iria ser directamente dirigida por uma *Junta de Colonização* sediada em Luanda. O objectivo não era criar "grandes produtores de géneros coloniais, mas fixar (gente) à terra de África", visto que os colonos são "o melhor padrão da nossa soberania". Por isso, previa-se que os "géneros cultivados devem destinar-se sobretudo ao consumo" dos próprios. O comércio estaria assegurado pela própria Junta, que abriria uma loja onde se trocassem os géneros à venda por produtos das colheitas locais. Assim, esperava-se instalar em Angola um mundo rural de pequenos proprietários vivendo em comunidades homogêneas e auto-suficientes, com os seus artifícios, uma réplica mais do que perfeita das comunidades camponesas da metrópole. Os povoadores deveriam viver em aldeias de 50 casas, "de tipo rural português, mobiladas com simplicidade e com suas dependências de carácter agrícola, plantando no quintal árvores de fruto e um pequeno hortejo". Cada aldeia teria, pelo menos, "um moleiro, um padeiro, um sapateiro, um serralheiro, um carpinteiro e um ferrador". As zonas de colonização não deveriam ter mais de 15.000 hectares (sendo mais pequenas em regime de regadio) e os lotes

individuais nunca poderiam ser superiores a 150 hectares, sendo indivisíveis e inalienáveis, como os casais de família sobre que se pretendia edificar a “colonização interna”. Por outro lado, Machado preocupava-se, tal como recomendara Nórton de Matos, em isolar os novos povoadores. As “zonas de colonização” não deveriam estar em contacto com “reservas indígenas”. O recurso a mão de obra indígena não era aconselhado e só poderia dar-se por decisão das autoridades.⁷⁰ Aliás, esta segregação não afectava apenas os negros. Também os angolanos brancos estavam impedidos de frequentar as novas povoações de brancos da metrópole, para não corromperem a sua pureza provincial.

Nos projectos de colonização Francisco Vieira Machado reflectem-se todos os temas da colonização interna. Ora, a inspiração não só era nítida, como até abertamente reivindicada pelo próprio autor dos projectos. Em 1940, durante a “semana das colónias”, o medievalista Torcato de Sousa Soares, professor da Universidade de Coimbra, fez uma conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa sobre a “A Colonização na Fundação”. Francisco Vieira Machado era um dos presentes. No fim, saudou a conferência como uma “lição” para a nova tarefa de colonizar África.⁷¹ O método a adoptar na colonização de África devia ser, portanto, o da “transferência de uma civilização rural”. Na década de 1930, propagandistas coloniais, como Henrique Galvão, já haviam sugerido que seria em África que os cidadãos cansados da luta pela vida encontrariam a harmonia do trabalho na terra.⁷² Mais tarde, na década de 1950, arrancou em força ideia de resolver o problema do excesso demográfico da metrópole — calculado num milhão de pessoas — através da réplica dos campos portugueses em África. Em Angola, foram fundados colonatos de transmontanos com base no pequeno casal familiar, com carros de bois e culturas de sequeiro. Tal como em 1884-1892, quis-se que as propriedades fossem pequenas, o equivalente do norte de Portugal. Proibiu-se o recurso a mão de obra negra e não se pôs água canalizada nas casas para que, ao frequentarem o chafariz, os colonos fossem obrigados a reconstituír a convivência aldeã. Era, como notou Orlando Ribeiro, a tentativa de realizar em África o que não se pudera fazer no Alentejo.⁷³

A história da expansão na década de 1930 ficou marcada pelos esforços para impôr o tema da “colonização”. Em 1937, no Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo (Lisboa), o general José Justino Teixeira Botelho, da comissão orientadora do congresso, distinguiu três “modalidades diferentes” na expansão ultramarina portuguesa, correspondentes a três histórias diferentes: a História das Navegações, sobretudo interessada com os estudos de náutica e de geografia e focando no século XV; a História da Expansão no Mundo, cobrindo as viagens, missão e comércio do século XVI; e a História da Colonização, devotada à obra de povoamento e administração nas ilhas do Atlântico, no Brasil e mais recentemente em África. Ora, segundo Teixeira Botelho, era a esta que os historiadores portugueses deviam dar prioridade, pela sua “importância política internacional de actualidade”.⁷⁴

A redução da história da expansão a história da “colonização” foi sempre acarinhada pelos organismos interessados no ultramar. Assim, em 1934, o cronista do *Boletim Geral das Colónias* congratulava-se por a Exposição Colonial do Porto ter

ultrapassado a fixação nos "feitos dos homens das Descobertas e Conquistas", para privilegiar o "Esforço Colonizador Português".⁷⁵ Em Junho de 1937, finalmente, levantava-se em Lisboa, no palácio das exposições do Parque Eduardo VII, a Exposição Histórica da Ocupação, destinada, segundo o decreto-lei n.º. 27.269, de 24 de Novembro de 1936, a "mostrar os trabalhos e acção dos portugueses para assimilação dos indígenas e para defesa do ultramar português, durante o século XIX até às campanhas da Grande Guerra". De facto, a Exposição combinava várias visões da expansão. A sala dos brasões era uma celebração nobiliárquica, exibindo os escudos dos homens de armas do passado. A sala militar reunia estandartes, espadas e condecorações. Um Parque de Material de Guerra dava o cheiro da pólvora. Mas tinha-se o cuidado de chamar a atenção para que a guerra só importara para abrir caminho ao povoamento e à "elevação das tribos selvagens ao nível moral duma crença e duma cultura mais generosa".⁷⁶ A "ocupação militar colonial" contemporânea ficou confinada à mais pequena sala. Até de Mousinho de Albuquerque se publicitavam agora directivas para uma política pacífica e compreensiva em relação aos indígenas. A história tinha de ser reescrita: "Moçambique nunca esteve a ferro e fogo. Nas campanhas que se travaram exerceu-se a maior economia de vidas, brancas e negras. E só se fez guerra em último extremo".⁷⁷

No catálogo, Marcello Caetano explicava a hierarquia dos valores: "Penetração, povoamento... — mas é toda a colonização!" Instrução, política médica e sanitária, actividades científicas, administração, a "luta contra os negreiros", a "protecção e civilização dos indígenas" (através do trabalho), eram os grandes temas da Exposição. Também havia salas de Marrocos (organizada por David Lopes), do Brasil (Serafim Leite), do Oriente, da Marinharia e da Fé. Na sala do Oriente, privilegiava-se o tema do "contacto com novas formas de vida e de civilização" e o papel de Portugal como "agente do conteúdo espiritual da civilização moderna". A sala do Brasil vincava o prolongamento de Portugal na América: "Ao iniciar-se a colonização positiva, aparecem logo, no solo brasileiro, os símbolos concelhios da metrópole, com os seus pelourinhos e regalias". Ora o caso brasileiro importava porque "opera-se hoje, em África, processo idêntico ao da colonização do Brasil". A ocupação de África não consistia numa conquista como a de Ceuta ou Malaca. Era a construção de uma nação, como no Brasil. Finalmente, a sala da Fé ilustrava o modo como Portugal emendara "o conceito colonial antigo": "Antes dele, a colonização era de interesse imediato: exploração e comércio. Portugal, mantendo embora este conceito material, revestiu-o de um elemento novo e preponderante": a evangelização, que, tal como a concebia Serafim Leite, parecia uma versão clerical da "civilização" do liberalismo, consistindo praticamente em instrução, assistência, ciência e defesa do "direito das gentes". Por isso, no Brasil, os portugueses nunca haviam praticado "o processo a que Novicow chama eliminação biológica, a liquidação pura e simples do aborígene, para se instalar o colono em seu lugar".⁷⁸

A grande traição: da “colonização” ao “colonialismo”

No entanto, a linguagem da “colonização interna” não foi a única em que se pensou a ocupação de África na época contemporânea. Os cépticos, que tanto afligiam Henrique de Carvalho ou Francisco Silva Telles, vieram também a produzir uma outra maneira de encarar a gestão dos territórios adscritos a Portugal em África. Ora, entre estes cépticos, estavam alguns dos intelectuais com maior influência na viragem do século XIX para o século XX, como precisamente o pai da “colonização interna”, Oliveira Martins.

“Colonização” à romana e “exploração” à inglesa

Oliveira Martins não acreditava que o Brasil fosse uma nação. E também não acreditava que as colónias de África pudessem ser um “segundo Brasil”. As melhores terras de colonização da África austral já estavam tomadas por holandeses e ingleses. O que, segundo Martins, Portugal reivindicava na década de 1880 eram litorais inóspitos, aparentemente desertos. O clima impediria sempre quaisquer veleidades populacionais. Em África, os portugueses tinham tido “feitorias”, interpostos comerciais para negociar com os potentados locais e que agora mal poderiam segurar perante a concorrência das outras potências europeias, que desviavam as rotas de comércio indígena. A única esperança estava no estabelecimento de “fazendas”, isto é, em centros de cultura para exportação fundados na exploração da mão de obra africana, como se fazia em São Tomé. Mas até para isso seriam necessários capitais que não havia em Portugal. Daí que Martins propusesse a venda de uma parte das possessões para concentrar todos os recursos no aproveitamento económico da outra parte.⁷⁹ Com as suas “fazendas”, Martins ia contra a corrente “colonizadora” atrás descrita, e que imaginava a ocupação da África como o lançamento de uma densa rede de pequenos cultivadores livres, fossem eles portugueses ou apor-tuguesados. João Andrade Corvo, por exemplo, também desesperara da colonização branca. No entanto, Corvo confiava na “civilização e na actividade dos indígenas” para substituir os colonos portugueses. Os negreiros tinham feito “um povo indolente e sem energia de um povo laborioso e susceptível de progredir e de se instruir”. Mas o africano poderia ser resgatado: “O regime de liberdade transformá-lo-á, e essa transformação por onde melhor se pode conseguir é pela agricultura”.⁸⁰ Martins ria-se destas quimeras. Para ele, as populações nativas haveriam de ser sempre refractárias a uma vida europeia. Martins ficaria célebre como o homem que negara a possibilidade de povoar África com migrantes portugueses.⁸¹ Mas ao refutar também a possibilidade de “assimilação” ou “civilização” dos indígenas, Martins estava a liquidar o último recurso para a construção de um “novo Brasil”.

De facto, o problema de Martins é que não conseguia projectar no ultramar a colonização interna, que, para ele, constituía a prioridade máxima. Por isso, no que respeitava às possessões africanas, limitava-se a recomendar uma exploração simplesmente regulada pelo lucro. Repare-se que Martins esperava que o Brasil não

seguisse uma política utilitária, imprópria para a fabricação de nações. Mas em África, onde não havia nenhuma nação a construir, era a lógica da “plantação” que se devia adoptar, onde fosse possível adoptá-la. Martins queria que a política portuguesa tivesse a flexibilidade da política inglesa, que povoou onde era possível povoar e se limitara a “imperar, enriquecendo-se, quando o clima lhe não permitia substituir-se aos naturais”.⁸² Era este império de enriquecimento que os portugueses, segundo Martins, deveriam procurar fundar em África.

Nas décadas de 1950 e 1960, tal como em 1880, o livro de Oliveira Martins foi lido como uma “renúncia à nossa missão ultramarina”.⁸³ De facto, negar a possibilidade de um novo Brasil, em nome da exploração colonial à inglesa, era, de algum modo, negar a colonização, porque a colónia rural do Brasil se tornara, por contraste com o império militar da Índia, o modelo da “boa colonização”, daquela colonização justificada pela tarefa de replicar a nação portuguesa no mundo. No entanto, Martins impressionou. Impressionou, por exemplo, o seu amigo António Enes, o primeiro Alto Comissário em Moçambique (1895). Tal como Martins, Enes dava prioridade à colonização interna. Aos que falavam de instalar lavradores portugueses em África, respondia que “tomara eu que viessem de Moçambique algumas colónias de negros agricultar as charnecas do Alentejo. Também tal como Martins, Enes não escondia o seu cepticismo sobre Moçambique, um litoral insalubre “não se sabe se em formação, se em decomposição”. As grandes riquezas só existiam nos “prospectos das companhias”. Por isso, a “colonização europeia de trabalhadores” era totalmente inviável. Para aproveitar o território, Enes confiava na “compulsão” do Estado sobre os nativos. Daí que nunca tivesse ocultado uma certa impaciência para com a política “liberal e humanitária” que impedia a mobilização compulsiva de trabalho indígena. Para Enes, o grande objectivo da administração colonial deveria ser aliviar a metrópole das despesas com as colónias, despesas que “já provocavam activa propaganda em favor da sua alienação”. Para recolher os fundos necessários, Enes recomendava que se recorresse aos mercados de capitais da Europa. A colonização possível era só uma “colonização de capitais”, inevitavelmente estrangeiros, por mais que custasse ao “amor pátrio”.⁸⁴

Não por acaso, Enes, tal como Oliveira Martins, foi sempre suspeito de falta de “patriotismo” em relação a África.⁸⁵ O que não quer dizer, por outro lado, que esta iconoclastia não tivesse exercido o seu encanto. A *Antologia Colonial*, publicada em 1946 sob a orientação de Marcello Caetano, ministro das colónias (1944-1947), abre precisamente com António Enes. O mesmo espírito desassombrado se nota em Manuel Brito Camacho, alto-comissário em Moçambique em 1920-1922. Brito Camacho sentiu-se sempre o “intelectual” da República, sem tempo para retóricas e ilusões. Quis ser o herdeiro dos “homens práticos”, como Oliveira Martins e António Enes, cujos ditos e pontos de vista gostava de repetir. Por isso, recusou-se a alimentar esperanças sobre o futuro de Moçambique. Era uma “charneca” que prosperaria na órbita da África do Sul, onde os “desgraçados pretos” iam trabalhar, para depois serem “espremidos como um limão” pelos comerciantes “monhés”. Camacho já percebera que a educação e enriquecimento dos africanos, juntos ao “movimento libertador” financiado pela América e pela Rússia Soviética, haveriam de acabar, não só por produzir nações negras independentes da Europa, mas

por liquidar a supremacia branca na África do Sul.⁸⁶ Numa conferência de 1925, Camacho explicou que “não precisei ir à África para saber que as colónias tropicais, as nossas e as estrangeiras, por fatalismo do meio cósmico, não podem ser colónias de fixação, países em que a gente branca se instale para aí viver no decurso de infindáveis gerações”. As colónias nunca poderiam ser mais do que “centros de exportação”, onde os “brancos” não fariam mais do que “instruir” e “dirigir” os “indígenas”, até estes, um dia, ficarem por conta própria. O que verdadeiramente importava para Brito Camacho, tal como para Oliveira Martins e António Enes, era “valorizar a terra portuguesa”, e quando ele dizia isto estava-se, naturalmente, a referir ao Portugal metropolitano. Era aí que Camacho queria fixar os emigrantes que iam para o Brasil. Por isso, não se cansava de louvar o projecto de fomento rural de Oliveira Martins.⁸⁷

A “desnacionalização” do ultramar

Os “homens práticos” como Martins, Enes ou Camacho não acreditavam na possibilidade de projectar a “colonização interna” no ultramar. Em alternativa, defendiam uma “exploração” meramente “económica”. Assim, ao lado dos entusiastas do método “romano” de criação de novas nações, apareceram os defensores do método “inglês” de aproveitamento lucrativo de domínios e possessões. Esta dicotomia esteve subjacente à maior parte das reflexões sobre o ultramar. Por exemplo, durante a semana das colónias de 1937, numa longa conferência sobre a colonização do Brasil, um aluno do 7.º ano do Liceu Rodrigues e “arvorado” da Mocidade Portuguesa, ainda define a “colonização” como criação de “novas sociedades civilizadas”, excluindo a simples exploração comercial. O “interesse mercantil” nunca poderia servir de “estímulo” à colonização. Depois, passou a elogiar o “admirável processo de assimilação”, através do qual Portugal “conseguiu, por cruzamento, formar uma raça que hoje constitui o florescente e activo povo brasileiro”. No entanto, concluía observando que este processo estava “hoje em parte condenado e principalmente pelas doutrinas inglesas”.⁸⁸ Já vimos atrás como Carlos Malheiro Dias e Nórton de Matos opuseram a colonização portuguesa à dominação colonial de tipo inglês ou holandês. O sistema colonial inglês seria frequentemente invocado como o exemplo de um “colonialismo económico”, pragmático e “sem ilusões”, e portanto contrário à “vocaçao colonizadora da gente da nossa terra”. O “sistema português”, originado na psicologia nacional, era “integrador”, enquanto o francês era meramente “assimilador” (emprestando a cultura francesa às colónias mas mantendo-as colónias ou consentindo na independência sob tutela) e o inglês “emancipador” (em que o objectivo era sobretudo a “exploração económica”, compatível com o *self-government* e a independência).⁸⁹

O que é interessante notar é o modo como esta nova dicotomia entre a “colonização” à portuguesa e a “exploração” à inglesa foi adoptado pelos críticos do Estado Novo para flagelar o regime. O pretexto foi-lhes dado pelo célebre “critério financeiro” de Salazar, a sua relutância, admitida por alguns salazaristas, em comprometer o equilíbrio orçamental com investimentos coloniais.⁹⁰ Esta prudência

serviu, tanto à direita como a esquerda, para Oliveira Salazar ser acusado de ter adoptado uma política africana “economicista e exploradora”, à inglesa, tal como a prescrita pelo cepticismo colonial de Oliveira Martins, António Enes e Brito Camacho. Ao mesmo, foi o pretexto para as oposições explorarem a linguagem da colonização à portuguesa.

Entre a extrema-direita inconformada, a “política económica e financeira seguida relativamente às colónias” foi sempre vista como um dos obstáculos ao entendimento com Salazar. Os velhos Integralistas condenavam o “imperialismo” enquanto “exploração capitalista”, e “conquista de mercados”. Para os Integralistas, a colonização portuguesa nada tinha que ver com esse tipo de “imperialismo”. Os portugueses haviam tentado “constituír novas sociedades na Cristandade”, através do povoamento e da assimilação dos indígenas. Aquilo que justificava a expansão portuguesa era o seu carácter espiritual, e portanto “universalista”, inspirado pelo “conceito cristão da unidade da família humana”. Por isso, os portugueses haviam sempre limitado a escravatura, pois sabiam que todos os homens possuíam uma “alma racional”. O Império português era “criador de povos”, como dissera Afonso Lopes Vieira, povos ligados pelo mar e pela fé. Salazar tinha traído a causa desse Império português. Em 1937, em carta aberta a Salazar, Henrique Paiva Couceiro alertava contra o “critério financeiro”: “não é com o livro de contas que os impérios se sustentam”. Esta carta valeu a Paiva Couceiro ser preso e deportado. Com ele, foram ainda detidos quase todos os mais importantes sobreviventes do velho Integralismo Lusitano. A ruptura nunca seria emendada. Em 1940, Rolão Preto, o mais activo representante e actualizador do velho Integralismo, reivindicava uma “colonização nacional” em Angola e Moçambique, segundo o modelo brasileiro. Rolão reinterpretava a oposição já tradicional entre o Oriente e o Brasil segundo o critério fascista da intervenção das massas. Tanto em Marrocos como na Índia, “o império não passou da acção pessoal de funcionários — os capitães das fortalezas de Marrocos e os capitães da Índia”. Só no Brasil, a “ideia política” se “associou” ao “sentimento popular” e Portugal “projectou a sua velha civilização”, numa “colonização em regra”, que o “Povo” apoiou “emigrando em massa”. Para recriar esta colonização de massas em África, era imperioso acabar com aquilo que Rolão Preto chama “o espírito colonial”, atributo dos funcionários e dos “roceiros”, correspondente à ideia do império como simples “exploração e administração”, rotineira continuação das “feitorias e domínios” do Oriente. Rolão Preto deixava implícito que a prática salazarista correspondia a este último modelo, burocrático e economicista.⁹¹

No outro extremo do espectro político, a oposição de esquerda republicana utilizava exactamente o mesmo argumento. Os republicanos anti-salazaristas haviam recebido o Acto Colonial em armas: iria “separar” as colónias da metrópole, “desnacionalizá-las”. Salazar seria acusado de vários pecados. Interrompera o povoamento branco, que Nórton de Matos inaugurara. Não investia nas colónias (entre 1939 e 1940, cortara até a verba para fixação de colonos, de 700 para 300 contos). E negligenciava a “nacionalização” dos negros, a sua transformação em “portugueses de cor”, através do ensino da língua e da sua transformação em pequenos proprietários.⁹² Duas razões eram apontadas para tais crimes. Uma, era o

economicismo mais tacanho. Segundo a oposição, as colónias eram, para Salazar, não mais do que umas quintas donde convinha tirar o maior lucro com o mínimo de investimento e despesa. Ora, para a oposição, a falar pelo antigo ministro republicano Rodrigo Rodrigues em 1932, o “sistema colonial” próprio da nação portuguesa era o “sistema de fixação, ou criação de nações”, e não o “sistema de simples exploração”, à inglesa.⁹³ Enfim, a outra razão da política salazarista era o desprezo racial, reflectido na aversão pela “civilização” dos africanos, que o Acto Colonial condenara ao “indigenato”. O racismo era um sentimento que nunca havia existido antes de 1927. O Estado Novo transformara a “colonização” portuguesa em “colonialismo”, isto é, em exploração económica e segregação racial. Negara a “tradição portuguesa”.⁹⁴

As críticas que Integralistas e Republicanas fizeram ao financeirismo salazarista nas décadas de 1930 e 1940 foram, nas décadas de 1960 e 1970, adaptadas contra Marcello Caetano, especialmente pelos “integracionistas” da extrema-direita. Os anti-caetanistas insinuavam que o verdadeiro sentido da “autonomia” à inglesa, supostamente preconizada por Caetano para África, era negar que o ultramar e os seus povos fossem parte da nação, reduzindo-os assim a legítimos objectos de “exploração”. Para os integracionistas, como Fernando Pacheco de Amorim, a colonização portuguesa fôra idílica antes da década de 1890, enquanto se fizera sentir a herança patriótica e humanitária do bom marquês de Sá da Bandeira. Portugal, ao contrário da Inglaterra, sempre tinha “colonizado” através do povoamento por europeus e da assimilação dos indígenas, enquanto os ingleses haviam preferido a simples exploração económica. Tinha sido o estrangeirado António Enes, a alma negra do regulamento sobre o trabalho indígena de 1899, quem introduzira o racismo e o “autonomismo” de origem inglesa na legislação sobre o ultramar. Com a República, a substituição da palavra província por colónia correspondera à adopção desse ponto de vista de uma mera “exploração económica”, à inglesa. Tal como Silva Teles, os partidários da “Integração Nacional” da década de 1960 consideravam o método da “exploração económica” inviável no caso português. Só através da “integração” podia manter Portugal territórios que nunca poderia dominar de outra maneira. Portugal não tinha recursos para praticar o neo-colonialismo das potências capitalistas.⁹⁵

Em suma, segundo as oposições, tanto à direita como à esquerda, Salazar e Caetano teriam, sob a inspiração de António Enes, inventado em Portugal o “colonialismo”. O “colonialismo”, um conceito que se popularizou a partir da década de 1950, não era a simples teoria da colonização. Era a interpretação da relação entre as metrópoles europeias e as suas possessões e domínios ultramarinos como uma mera subjugação económica e étnica. Segundo as oposições, os princípios “colonialistas” e “racistas” eram estranhos à “tradição portuguesa”. Não passavam de uma importação estrangeira, primeira efectuada por António Enes, e depois consagrada por Salazar com o Acto Colonial de 1930. Por isso, os anti-salazaristas interpretaram o independentismo da década de 1960 como o resultando da falta de zelo oficial na portugalização do ultramar, através do povoamento e da aculturação. Dessa forma, a oposição pôde acreditar que tudo se resolveria caso se procedesse ao regresso à “política tradicional”, representada pelo general Nórton de Matos,

embora esta nunca fosse exactamente clara: a política de "democracia racial", mas com "integração" num estado único; ou a política de "emancipação", visando a criação de "nações lusitanas" nos trópicos? De qualquer forma, esta argumentação permitiu à oposição anti-salazarista usufruir de uma posição ambigualmente privilegiada: ao mesmo tempo que condenava o "colonialismo" oficial, em sintonia com os independentistas, lamentava a perda de "valiosas parcelas do território nacional", em sintonia com os integracionistas.⁹⁶

O regresso ao Brasil: a permanência do tema da colonização interna na política ultramarina

No entanto, apesar do que insinuava a oposição, não foi com os desesperados e seus princípios da "exploração" económica que tanto Salazar como Marcelo Caetano, enquanto Presidente do Conselho de Ministros (1968-1974), defenderam o esforço militar em África. Em 1963, Salazar definira o ultramar português como "um território em que a população está fixada para viver" e não um "território de pura exploração económica, em que o colono, cumprida a sua missão, se retira com tudo que trouxe e com tudo que ganhou".⁹⁷ Em 1953, mesmo um filme como *Chaimite* (dirigido por Jorge Brum do Canto, dedicado ao Exército e premiado pelo SNI) deixava claro que o sentido das campanhas militares do fim do século XIX tinha sido o de permitir a instalação de pacíficos casais de lavradores católicos em África.⁹⁸ Os camponeses de Portugal, fatalmente condenados a abandonar os campos na Europa, iam ser os colonos do mundo tropical: era esse "o papel de Portugal no mundo".⁹⁹

Quanto a Marcello Caetano, era verdade, como insinuavam os seus críticos, que nunca foi um entusiasta do apressado "integracionismo" de 1951.¹⁰⁰ Mas mesmo Caetano se manteve publicamente fiel à velha ideia da colonização africana como projecção da colonização interna:

As relações de Portugal com a África nunca foram relações artificiais de soberania. (...) a grande maioria dos brancos do ultramar está *enraizada* nos territórios africanos e deles fez sua terra e sua pátria. Criaram cidades que são as suas cidades. Trabalham nos campos onde viram trabalhar seus pais e avós. Levantaram indústrias e obras que não poderão perdurar sem eles e sem o espírito que as implantou. Para a maioria deles, foi ali o espaço onde viveram a sua história pessoal: ali morreram os pais e ali os enterraram, ali viram nascer os filhos. Ali viveram as suas dores e foi ali que conheceram as suas horas felizes. Ali fizeram as suas relações, ali conheceram seus amigos e vizinhos com que construíram obras comuns. Se isto não chega para definir uma Pátria não sei o que essa palavra possa significar.¹⁰¹

Assim, lutar em África era, segundo Caetano, defender uma pátria, dar-lhe tempo para crescer, autonomizar-se, adquirir capacidade para se defender a si própria. Não era pelos capitalistas que os portugueses se batiam. Esses, segundo Marcello Caetano, não tinham pátria: "os grandes interesses arranjam sempre maneira de se

defenderem e de se entenderem com os triunfadores (...) Penso é naqueles, que são a grande maioria, cuja vida é a sua pequena fazenda, o seu pequeno comércio ou a sua pequena indústria".¹⁰² As pátrias africanas eram constituída por pequenos produtores e por isso mereciam ser defendidas. Mais do que isso: Portugal combatia para impedir o "neo-colonialismo", tramado por aquelas potências que queriam a emancipação do ultramar português apenas para "nele obterem monopólio de fontes de matérias-primas e de novos mercados".¹⁰³

A presidir a toda esta retórica, esteve o Brasil, que foi tão invocado pelos governantes portugueses das décadas de 1960 e 1970, como tinha sido pelos iniciadores da ocupação de África no século XIX. As relações comerciais e demográficas com o Brasil tinham-se rarefeito durante e após a Segunda Guerra Mundial.¹⁰⁴ Mas o Brasil desempenhou um papel fundamental como "caução" para a política africana.¹⁰⁵ O Brasil representava não apenas o que os portugueses tinham feito, mas o que queriam fazer: a "democracia étnica" que permitiria ultrapassar o "colonialismo".¹⁰⁶ Para governantes cercados, este Brasil imaginário de Gilberto Freire provava que eram possíveis "novas comunidades de síntese". Marcello Caetano, em 1972, explicava a sua determinação em seguir a política ultramarina por causa de uma fatídica viagem ao Brasil: "o meu contacto com o Brasil foi a causa e a razão dum processo de reencontro com tudo o que eu aqui julgo importante (...) Não é possível a gente libertar-se, se alguma vez o encontrou, dum clima existencial que pode dar saída às nossas secretas e escondidas aspirações (...) No Brasil, pela primeira vez, me foi dado constatar um natural encontro de raças, e não pude deixar de me impressionar com o facto se realizar através da língua portuguesa e por formas de viver português". O Brasil amenizava até a ideia de independência "na altura própria".¹⁰⁷

A consagrada divisão historiográfica entre a "conquista militar" de Marrocos e da Índia e o "povoamento" das ilhas e do Brasil foi fulcral para os defensores do ultramar nas décadas de 1960 e 1970. Em 1960, Adriano Moreira contrastava a "cruzada" do Norte de África, onde "se pensava recuperar antigos crentes" e "pudemos conquistar e perder praças (...) sem que isso tenha representado uma amputação nacional", com o "comportamento inteiramente diverso" adoptado nas ilhas do Atlântico, onde a questão era de "povoamento", que é o "critério do estabelecimento da soberania": "os antigos não falavam em colonizar, falavam em povoar, e o povo está indissolúvelmente ligado à soberania".¹⁰⁸ Por isso, pudera-se sair de Mazagão, mas não se podia abandonar Angola. Angola era como o Brasil. O Governador Geral de Angola entre 1962 e 1966, general Silvério Marques, usou os conceitos sergianos de fixação e transporte para resgatar África: "António Sérgio não deve ter voltado ao Ultramar depois de ter quebrado a sua espada de Oficial de Marinha com o advento da República. Se ali tivesse voltado, nos anos (19)60, talvez o seu conceito de Fixação se actualizasse, alargado a toda a nossa grande Pátria, e certamente concluiria que se estava a caminho de um equilíbrio correcto entre a política de produção e a política de circulação". A presença portuguesa em África não era, portanto, o prolongamento das conquistas dos séculos XV e XVI. De facto, nunca houvera "conquista" em África. Em 1974, o general António de Spínola, ex-governador da Guiné, ressaltava a especificidade das províncias africanas, onde a

missionação e os contactos comerciais haviam predominado sobre as acções militares (Spínola achava que as campanhas militares em África no fim do século XIX tinham sido impostas aos portugueses pelas intrigas das outras potências):

Dois tipos de penetração caracterizaram, pois, essa época de expansão: no Oriente e no norte de África, a conquista; na África Central e Meridional, a penetração pacífica; e hoje já não estamos no Norte de África e quase não estamos no Oriente, que conquistámos pelas armas; mas estamos na África Central e Meridional, que conquistámos pelo coração.¹⁰⁹

Esta reescrita da história acabaria por atingir a própria Índia. Goa, descobria-se finalmente na década de 1960, era também um Brasil, uma "miniatura metropolitana", resultado de uma política secular de "ocupação definitiva", que, através da "mestiçagem", transformara os goeses nos "portugueses da Ásia". Para sustentar esta tese já Alberto Carlos Germano da Silva Correia, entre 1948 e 1958, publicara as 3.000 páginas da sua *História da Colonização Portuguesa na Índia*, a resposta asiática à história de Carlos Malheiro Dias sobre o Brasil. Silva Correia negava todos os antigos preconceitos contra o império oriental. Não tinha sido uma mera "epopeia". Fôra também um "esforço de domiciliação da grei". Na Índia, Portugal não "pretendeu possuir terras só para as explorar. Quis integrá-las no seu lar ibérico, por forma que não fossem mais do que prolongamentos da Mãe-Pátria, onde a sua civilização e a sua raça vivessem irmanadas e até amalgamadas com as que desejávamos cristianizar e civilizar". A "conquista" havia sido apenas uma fase preparatória, exactamente como no Brasil. Afonso de Albuquerque nunca quisera mais do que "povoar a Índia de portugueses, criar aqui uma grande colónia da etnia lusitana". Para provar este ponto, Silva Correia gastou milhares de páginas a estudar os casamentos mistos, o estabelecimento de famílias nobres na Índia e sobretudo a emigração de mulheres, prova principal do projecto de fixação de famílias portuguesas nos séculos XVI e XVII. No fim, admitia, no entanto, a derrota desta "domiciliação rácica", perante um "meio hostil" e num "ambiente social adverso".¹¹⁰

Continuou a haver rompantes legislativos determinados pelas ideias de colonização que já havia moldado os planos de Vieira Machado em 1939. Em 1961, Adriano Moreira, Ministro do Ultramar (1961-1963), anunciou a criação de Juntas Provinciais de Povoamento para aumentar o "povoamento da nossa África por elementos europeus" — fazendo questão de notar que não se tratava de "política nova", mas "política de sempre". Havia diferenças em relação a 1939, claro. O ruralismo não era tão acentuado e queria-se assegurar a "simbiose racial e cultural". A linguagem do medievalismo herculeano, porém, era nítida. Moreira queria emprestar ao ultramar o "teor tradicional e secular da nossa vida pública". Por isso, animou o municipalismo (decreto de 12 de Junho de 1961), pois era "na gestão dos interesses da pequena comunidade local, que é sempre a pequena pátria dos vizinhos, que se encontra a primeira escola de devoção ao interesse comum". Da mesma forma, propôs-se organizar nas regedorias do ultramar uma espécie de milícias concelhias (diploma de 23 de Outubro de 1961), explicando que "o sistema nasceu na própria metrópole, onde as populações concelhias tinham nos forais

importantes obrigações militares que lhe garantiam a sua liberdade portuguesa". Forais, homens bons, concelhos, milícias: o ultramar parecia uma reencarnação do Portugal medieval de Alexandre Herculano.¹¹¹

Uma inspiração análoga se detecta nos palpites dados em 1965 pelo antigo militante Integralista José Pequito Rebelo para estrangular o "terrorismo" através do estabelecimento em Angola de uma "grande massa humana" de "soldados colonos", europeus e nativos. A lição, segundo Pequito Rebelo, vinha da história de Portugal: "desde D. Sancho I ficou marcado que a actividade da reconquista tem de ser acompanhada com a do povoamento, considerado este essencial para o próprio sucesso militar". Para instalar os colonatos, naturalmente agrícolas, usar-se-iam os recrutas licenciados do serviço militar, a quem, aproveitando a sua "mentalidade rural", seriam aforados terrenos em regime de enfiteuse. Tal como Vieira Machado em 1939, Pequito Rebelo considerava que os colonatos, mais do que produzir para exportar, deviam ser auto-suficientes, "mesmo que seja num estado considerado de sub-desenvolvimento pelas doutrinas da moda". Os colonos continuariam armados e prontos a entrar em combate. De resto, a ocupação israelita da Palestina depois de 1948 provava a eficácia dos colonatos militares e o general Venâncio Deslandes, o popular Governador Geral de Angola em 1961-1962, chegou a discutir a sua adopção.¹¹² Não por acaso, o "apego à terra" foi um dos tópicos fundamentais da acção psicológica do exército dirigida aos portugueses a servir nas forças armadas ou estabelecidos na província de Angola na década de 1960. Obviamente que se aconselhava ênfase na "grandeza de Portugal no passado" (mas com a observação de "evitar tiradas que possam ser metidas a ridículo"). O que importava, porém, era "traduzir os problemas em termos que lisonjeiem" o "apego à terra". Aos civis, era preciso falar-lhes dos "hectares cultivados e capitais investidos", e sobretudo da "transmissão de pais para filhos". Em relação aos praças metropolitanos, recomendava-se aos propagandistas que sublinhassem as "semelhanças com o território metropolitano, fazendo transferir para a Província o desejo de fixação inato". Ou seja, o comando militar partia do princípio que estava a lidar com camponeses sedentos de terras, e mostrava-lhes o ultramar como uma extensão das suas aldeias, onde podiam adquirir propriedades, "fixar-se", estabelecer-se.¹¹³ No princípio da década de 1970, esperava-se que as obras hidráulicas em Cabora Bassa e no Cunene possibilitassem o estabelecimento de mais 500.000 colonos portugueses em Angola e mais 1 milhão em Moçambique.¹¹⁴

O anti-Brasil

Em suma, oficialmente, na década de 1960 e 1970, continuou a conceber-se a ocupação de África como um prolongamento da "colonização interna", uma réplica da construção do Brasil. Não é de surpreender, portanto, que em 1980, Orlando Ribeiro viesse explicar que tudo falhara em Angola porque, afinal, a receita brasileira não havia sido seguida. Orlando Ribeiro, professor da Universidade de Lisboa,

combinou os estudos sobre Portugal com os estudos sobre aquilo que ele chamou a “zona intertropical húmida”, uma designação que habilmente situou o Brasil e a África, cenários da expansão portuguesa, num mesmo plano natural e histórico. Foi um dos entusiastas do que pitorescamente se chamou a “ocupação científica do ultramar”, o estudo das populações e condições de vida locais, desenvolvido nas décadas de 1950 e 1960 com forte apoio oficial. Neste âmbito, Ribeiro interessou-se especialmente pelo prolongamento da cultura portuguesa nos trópicos.¹¹⁵ O seu livro sobre Angola é o complemento do livro de Oliveira Martins. Em 1880, Martins explicara porque é que Angola nunca seria um novo Brasil. Cem anos depois, Ribeiro explicou porque é que nunca o foi. Para Ribeiro, tal como para Oliveira Martins, o modelo favorito de colonização era o romano, com fixação de colonos da potência imperial, “civilização” dos nativos e integração de todos numa cidadania comum. No Brasil, a “colonização” portuguesa funcionara assim. Em Angola, porém, a história era outra.¹¹⁶ A análise de Orlando Ribeiro permite-nos rever os mitos da “boa colonização”.

Segundo Orlando Ribeiro, as grandes razões do fracasso angolano eram duas. Em primeiro lugar, o facto de os brancos, ao contrário do Brasil, terem sido sempre uma minoria em Angola: quando muito, uns duvidosos (segundo Ribeiro) 8,6% da população em 1970, enquanto no Brasil eram 62% em 1960. Para explicar este contraste, Ribeiro citava vários factores de repulsão do povoamento branco em Angola, como as endemias graves. Acima de tudo, porém, destacava o facto de Angola ter sido sempre uma “conquista”, não uma “colónia”. Servira apenas para abastecer de escravos o Brasil. Por isso, a economia de Angola fôra uma “economia mais depredadora do que europeia e menos susceptível de produzir a criação de qualquer riqueza local.” Proibido o tráfico, seguiu-se a decadência, nunca contrariada no século XX porque, segundo ouvira Orlando Ribeiro, “o dr. Salazar não era, em princípio, partidário de que se criassem interesses nas colónias”.¹¹⁷

Em segundo lugar, Angola também nunca poderia ter sido um Brasil pelo mau convívio racial. Este facto tinha que ver com o tipo de imigração metropolitana finalmente suscitado, na década de 1960, pelo boom do café e pela sanção oficial à chegada de colonos. A emigração de famílias, em vez de indivíduos solteiros, impediu a miscigenação. A emigração de “gente pobre” criou competidores directos aos negros. Criou-se assim, entre os “colonos” da década de 1960, uma mentalidade racista inusitada. Ou seja, quanto mais a população branca aumentava em Angola, mais a sua situação, na conjuntura africana da década de 1960, se tornava insustentável, a não ser pela violência. Em suma, em Angola, segundo Ribeiro, não houvera nem povoamento, nem assimilação: “houve um desvio na tradição colonial portuguesa”. Aliás, esse “desvio” notava-se em toda a documentação:

Quem se der à curiosidade de comparar os cronistas e roteiristas da expansão quinhentista e os relatos e memórias dos grandes construtores do Império nos séculos XIX e XX notará, de um lado, a curiosidade e simpatia humana, o atractivo das mulheres de cor, os filhos mestiços chamados ao convívio dos pais, os pretos e mulatos que chegavam a situações de prestígio e, de outro, a sobrançeria e arrogância em relação aos negros, cujo contacto aviltante os europeus cuidadosamente evitam.

Seguindo a lição das oposições anti-salazaristas, Ribeiro não hesitava em atribuir este desvio à imitação da política das outras potências europeias, militarista e materialista:

Dominar pela força, sempre que preciso pelo terror, tirar daquela grande quinta da Europa em que a África se transformou depois da sua partilha o máximo lucro, constitui o triste balanço do empreendimento capitalista (...) da grande expansão colonial europeia. A nossa tradição, imbuída de proselitismo religioso, de convívio humano, de mestiçagem, foi inflectida pela força e o prestígio desta nova corrente.

Os portugueses haviam renegado a sua tradição nacional em África, e por isso haviam falhado. Em vez de um novo Brasil, a África tinha sido uma nova Índia.¹¹⁸

No entanto, o que Orlando Ribeiro atribuía a uma recente imitação estrangeira já tinha sido observado por outros nos meados do século XIX. Em 1846, J. J. Lopes de Lima distinguia entre os casos das ilhas (Cabo Verde e São Tomé) e o de Angola. Nas ilhas, terras desertas, os “fidalgos e cavaleiros portugueses com seus acostados, criados e escravos” haviam fundado “colónias (na força da palavra)”. Angola não estava neste caso. “Angola e Benguela” eram “países conquistados pelas armas portuguesas desde os fins do século XVI até os nossos dias em uma longa série de guerras, com que se tem ido subjugando os ferozes potentados daquela região (sempre dispostos a rebelar-se)”. O mesmo, cinquenta anos depois, confirmaria o major Eduardo da Costa (governador do distrito de Moçambique, 1896-1898, e governador de Angola, 1906-1907). No continente africano não havia colonização portuguesa, mas antes um domínio militar sobre “povos conquistados”. Angola não era uma “província”, mas “um império territorial”.¹¹⁹ Foi isto, no entanto, que os entusiastas de África só puderam reconhecer como o pretenso resultado do anglicismo colonial de António Enes e Salazar.

Mas não era só Angola que nunca tinha sido o Brasil. A esquerda radical brasileira já entretanto descobrira que também o Brasil, afinal, nunca tinha sido o Brasil. Desde sempre, que os radicais brasileiros se habituaram a atribuir todos os males do Brasil à sua origem num país analfabeto, atrasado e católico. O anti-portuguesismo intensificou-se nos anos finais do Império e prosperou sob a República de 1889, sobretudo quando Portugal foi identificado com a causa monarquista. Resgatar o Brasil, para os progressistas brasileiros, consistia em afastá-lo das origens portuguesas. Em 1968, o brasileiro Garrido Torres confessava: “Pertença a uma geração — a que hoje governa o Brasil — em cuja adolescência, Portugal era símbolo de atraso. Por isso, dele se fazia o bode expiatório do nosso próprio subdesenvolvimento”.¹²⁰

Em breve, esta má vontade progressista, o reverso do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, produziu uma revisão drástica da história da colonização do Brasil. Em 1936, num livro que se tornou clássico para a intelectualidade da esquerda no Brasil, o historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda veio demonstrar que, no fundo, os portugueses nunca tinham construído na América uma “civilização tipicamente agrícola”, fundada no “trabalho”. Os portugueses eram gente movida meramente pelo “espírito de aventura”, que se limitara a explorar os escravos. Ao

contrário dos espanhóis em relação à América, nunca tinham entendido o Brasil como extensão da pátria, mas simplesmente como “feitoria”, onde procuravam fortuna rápida, com o menor investimento possível: “Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um carácter mais acentuado de feitorização do que de colonização”. Quanto à célebre miscegenação portuguesa, Buarque de Holanda negava que revelasse abertura de espírito. Proviinha simplesmente de os portugueses já serem mestiços. O “sangue negro” entra-lhes devido ao grande uso de escravos africanos para trabalhar na própria metrópole, onde, segundo Buarque, formavam “a quinta parte da população”.¹²¹ Outros iriam, depois, mais longe do que Buarque de Holanda, concluindo que os bárbaros portugueses, tal como os ingleses e ao contrário dos espanhóis, haviam praticado o “genocídio” da população nativa da América.¹²² Usando o mesmo aparelho mental de Carlos Malheiro Dias, moldado pelo republicanismo ruralista, os historiadores radicais brasileiros provavam que, afinal, o Brasil de Carlos Malheiro Dias nunca existira. Era como se a colonização portuguesa tivesse tido sempre as características de exploração económica e racismo que a oposição atribuía à política ultramarina de Salazar.

Conclusões

A cultura do patriotismo cívico que floresceu no estado liberal português sempre se deu ambiguamente com a questão da expansão ultramarina. Por um lado, a ênfase na construção de uma sociedade de pequenos proprietários independentes, um projecto expresso pelos planos da chamada “colonização interna”, levou à crítica do passado ultramarino. Por outro lado, a própria ideia de “colonização interna” acabou por sugerir a concepção de duas expansões: a conquista militar, como na Índia, e a projecção ultramarina da nação portuguesa, mais ou menos rural e igualitária, como no Brasil, através do povoamento branco e da aculturação dos indígenas. Tal interpretação da história do Brasil serviu para duas coisas: em primeiro lugar, para legitimar a ocupação de África em termos da cultura cívica, de modo que a linguagem da ocupação ultramarina foi elaborada a partir da linguagem dos críticos dessa expansão; em segundo lugar, para desfazer as dúvidas de quem não confiava nas possibilidades de relançar a expansão ultramarina portuguesa num época de imperialismo económico.

No entanto, houve sempre quem não visse possibilidade de prolongar a colonização interna até África, isto é, quem não acreditasse que Angola e Moçambique viriam a ser novos Brasis. Entre estes, uns quiseram a venda das colónias; outros, mais prudentes, recomendaram que a administração portuguesa se limitasse, conscientemente e sem escrúpulos, à exploração económica “à inglesa”. A existência desta outra linguagem permitiu, mais tarde, que o fracasso da colonização africana no século XX fosse concebido, pelas oposições ao Estado Novo, como o resultado de um lapso economicista. A revolta nas colónias seria assim curiosamente

atribuída à opção do Estado Novo pelo “colonialismo”, isto é, pela simples subjugação, preterindo o sistema de povoamento e aculturação identificado como a “tradição portuguesa”.

Notas

- 1 José Maria da Ponte e Horta, “Teorias na Metrópole, Práticas em África” em AA.VV., *Conferências Celebradas na Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos Descobrimentos e Colonização dos Portugueses em África*, Lisboa, 1877, p. 159.
- 2 Gervase Clarence-Smith, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Editorial Teorema, s. d., p. 9.
- 3 Ver Orlando Ribeiro, *A Colonização de Angola e o seu fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1981.
- 4 Rui Ramos, “As origens ideológicas da condenação das descobertas e das conquistas em Alexandre Herculano e Oliveira Martins” em *Análise Social*, no. 140, 1997, pp. 113-141. Sobre a cultura republicana, ver, do mesmo autor, “Oliveira Martins e a ética republicana” em *Penélope*, no. 18, 1998, pp. 167-187; *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI de *História de Portugal*, dir. de J. Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 62-63, 336-339, 589-590; *Liberal Reformism in Portugal: Oliveira Martins, the Movement for a New Life and the Politics of the Constitutional Monarchy (1885-1908)*, Oxford, tese de doutoramento não-publicada, 1997.
- 5 A. Herculano, *A Reacção Ultramontana em Portugal*, agora em *Opúsculos*, Lisboa, Editorial Presença, 1982 e ss., vol. III, p. 177.
- 6 Ver Cunha Rivara, “Autobiografia”, em Luís Silveira (org.), Cunha Rivara, Lisboa: SNI, 1946, pp. 87-107.
- 7 Ver e. g. Lima Felner, “Notícia Preliminar” aos *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, tomo V das *Memórias Inéditas para a História das Conquistas dos Portugueses em África, Ásia e América*, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1868, p. vi.
- 8 M. P. Chagas, *Dicionário Popular Histórico, Geográfico, Mitológico (...)*, Lisboa, Lallemand Frères, 1876, vol. I, entrada “Afonso de Albuquerque”, p. 375; vol. 6, entrada “Goa”, p. 98; *ibidem*, entrada “Índia Portuguesa”, p. 339; *ibidem*, entrada “Índia Inglesa”, p. 342.
- 9 Antero de Quental, carta para Frederico Diniz de Ayala, 15.3.1888, em Antero de Quental, *Cartas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1989, vol. II, p. 875.
- 10 Antero de Quental, carta a Fernando Leal, 24.3.1888, em Quental, *Cartas*, cit., vol. II, p. 876.
- 11 Ver e. g. Ramalho Ortigão, discurso no Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, 10.9.1887, citado por A. Rodrigues Cavalheiro, *A Evolução Espiritual de Ramalho*, Lisboa: Clássica Editora, 1962, pp. 448-449.
- 12 João Sarmento Pimentel, *Memórias do Capitão*, Porto: Inova, 1974, p. 244.
- 13 Carlos Malheiro Dias, “Introdução” a *História da Colonização Portuguesa no Brasil*,

- Porto: Litografia nacional, 1921, vol. III, pp. XII-XIII, LIX; Paulo Merêa, “A solução tradicional da colonização do Brasil”, *ibidem*, p. 169.
- 14 Dias, “Introdução”, cit., pp. 19, 21, 34; Oliveira Lima, “A Nova Lusitânia”, *ibidem*, vol. III, p. 300; Paulo Merêa, “A solução tradicional”, cit., pp. 167, 171-172.
- 15 Gilberto Freyre, *Interpretação do Brasil* (1944), Lisboa: Livros do Brasil, s. d., pp. 44-45, 53.
- 16 Oliveira Lima, “Nova Lusitânia”, em Dias (org.), *História da Colonização*, vol. III, pp. 307-308.
- 17 Alberto de Oliveira, *Palavras Loucas* (1894), Porto: Livraria Civilização, 1984, p. 160. Ver a permanência deste tema em Agostinho da Silva, *Reflexão* (1954), Lisboa: Guimarães Editores, s. d., pp. 148-149.
- 18 M. P. Chagas, *Crônicas Brasileiras*. 1. *A Virgem Guaraciaba*, Lisboa: 1866, p. 6; A. de S. S. Costa Lobo, *Memórias de um Soldado da Índia compiladas de um manuscrito português do Museu Britânico* (1877), Lisboa: Imprensa Nacional, 1987, pp. 244-245; Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e o seu Tempo*, citado por Ramalho Ortigão, *Farpas*, Lisboa: David Corazzi, 1888, tomo VI, pp. 63-64.
- 19 Luís Mendes de Vasconcelos, *Diálogos do Sítio de Lisboa* (1608) em A. Sérgio (org.), *Antologia dos Economistas Portugueses*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924, pp. 34-35, 87-89. Em 1794, J. J. Azeredo Coutinho repetia o contraste, embora em termos algo diferentes. Ver o seu *Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e suas Colónias* (1794), Lisboa: Banco de Portugal, 1992, pp. 83-85.
- 20 Citado por Luis Díez del Corral, *El Pensamiento Político Europeo y la Monarquía de España*, Madrid, Alianza Universidad, 1983, p. 517
- 21 Citado, eg, por Paulo Merêa, “A Solução Tradicional”, cit., p. 167.
- 22 Martins, *O Brasil e as colónias portuguesas*, Lisboa, Pareceria António Maria Pereira, 1920, pp. 41, 152, 154, 162-165, 174. Ver um resumo das suas teses em Martins, *Portugal em África*, Porto, Livraria Ernesto Chardron, 1891, pp. 182-184
- 23 Martins, *Política e Economia Nacional*, Lisboa, Guimarães Editores, p. 97.
- 24 Ver Alan Ryan, *Property*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1987, pp. 23 e ss.; J. G. A. Pocock, *The Machiavellian Moment*, Princeton, Princeton University Press, 1975, pp. 390-391; Paul Rahe, *Republics. Ancient and Modern*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1994, vol. II, pp. 182-184; A. Arblaster, *The Rise and Decline of Western Liberalism*, Oxford, Basil Blackwell, 1987, p. 233.
- 25 Martins, *Política e Economia Nacional*, pp. 107-109, 117-121, 147.
- 26 Ver e. g. J. S. Mill, *Principles of Political Economy*, Londres: 1917, livro 2, capítulo 6, pp. 257ff.
- 27 Ver A. F. Castilho, *Felicidade pela Agricultura* (1848-1850), Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1903, vol. I, pp. 22, 33, 77.
- 28 Ver Martins, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães, 1959, p. 25; Dispersos, ed de A. Sérgio, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924, vol. I, pp. 234-248; *Política e Economia Nacional*, pp. 207 ss.; *Portugal e o Socialismo*, Lisboa: Guimarães, 1953, pp. 150, 177-178. Ver tb. J. Magalhães Lima, *O sr. Oliveira Martins e o seu projecto de lei sobre o fomento rural*, Porto: 1887.
- 29 Ver e. g. António Rodrigues Sampaio, artigo de 1851, em *Antologia*, ed. de Franklin Neiva Soares, Lisboa: Câmara Municipal, 1982, pp. 41-42.

- 30 Luís de Magalhães, “Alberto Sampaio e o seu livro” em *Diário Ilustrado*, 22.8.1904. Ver tb. “Fomento Agrícola” em *Século*, 10.1.1898.
- 31 Ver e. g. “Os novos ensinando os velhos” em *Diário de Notícias*, 21.9.1898; “A Nossa epopeia marítima” em *Primeiro de Janeiro*, 8.7.1897.
- 32 Ver e. g. “A Colonização” em *Tempo*, 15.10.1892. Sobre a permanência do tema, ver Fernando Oliveira Baptista, “Colonização Interna” em F. Rosas e J. M. Brandão de Brito (eds.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa: Bertrand, 1996, vol. I, pp. 159-162.
- 33 Ver Mathew Fforde, *Conservatism and Collectivism, 1886-1914* (Edinburgh: Edinburgh University Press, 1990), pp. 51, 69, 71; Michael Freedon, “New Liberalism and its Aftermath” in R. Bellamy (org.), *Victorian Liberalism. Nineteenth-Century Political Thought and Practice* (Londres, Routledge, 1990), pp. 183-186; Michael Kazin, *The Populist Persuasion. An American History* (New York: Basic Books, 1995), pp. 13-25; M. Guidetti and P. H. Stahl, *Il Sangue e la Terra. Comunità di villaggio e comunità familiari nell’ Europa dell’800* (Milan: Edizioni Jaca Book, 1976); Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, pp. 581-583; Fernando Medeiros, “Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal — o contributo da escola de Le Play, 1908-34”, *Análise Social*, no 95, 1987, pp. 97-116.
- 34 Sérgio, “As duas Políticas Nacionais” (1925) em *Ensaio*, Lisboa: Sá da Costa, 1977, vol. II, pp. 63-93, especialmente p. 69.
- 35 Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1926, pp. 136-137.
- 36 Sérgio, “Cartas a Jovens Portugueses” em *Seara Nova*, no. 71, 23.1.1926, p. 215; “O parasitismo peninsular” em *A Vida Portuguesa*, no. 20, 1.12.1913, pp. 153-159; “Golpes de Malho em Ferro Frio” em *A Vida Portuguesa*, no. 6, 2.8.1913, pp. 121-128.
- 37 Peter Burke, *History and Sociology*, Londres: George Allen and Unwin, 1980, pp. 80 e ss.
- 38 Sérgio, “Advertência” ao *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária*. Compilação e Adaptação de Artur Castilho, Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1916, p. 31; *Ensaio*, Lisboa, Sá da Costa, 1972, vol. III, pp. 192, 203-214 (especialmente p. 205).
- 39 Ezequiel de Campos, “O Problema Português” em *Seara Nova*, 15.10.1921, n.º 1, pp. 10-12; Quirino de Jesus, “O Destino de Portugal” em *Seara Nova*, 12.5.1922, pp. 14-16; “Programa Mínimo de salvação pública” em *Seara Nova*, 15.4.1922, pp. 297-302; Ezequiel de Campos, *Política*, Porto: Maranus, 1924, pp. 129-133.
- 40 Sérgio, *Ensaio*, cit., vol. II, p. 10.
- 41 Dias, “Introdução” a Dias (org.), *História da Colonização Portuguesa*, cit., vol. III, p. LX.
- 42 Antero de Quental, “Resposta aos jornais católicos” em *Prosas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, vol. II, p. 157.
- 43 Francisco Fernandes, *Índia Portuguesa*, Bastorá: 1905, especialmente pp. 105, 238. Sobre o casal de família, ver António Pedro Manique, “O Casal de Família — Reflexões em torno da sua origem e fundamentos político-ideológicos” em AA.VV., *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, Lisboa: Fragmentos, 1986, pp. 221-229

- 44 Manuel Múrias, *História Breve da Colonização Portuguesa*, Lisboa: Verbo, 1961, p. 41. Ver tb. Marcello Caetano, *Tradições, Princípios e Métodos da Colonização Portuguesa*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1951, pp. 17-24
- 45 Jaime Cortesão, *O Ultramar Português depois da Restauração* (capítulos do volume VI da *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres), Lisboa: Portugália, 1971, p. 12.
- 46 Vitorino Magalhães Godinho, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa. Problemas das origens e da linha de evolução*, Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1944, pp. 69-72; *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, 1960, pp. 144-145.
- 47 Oliveira Lima, “A Nova Lusitânia”, p. 297.
- 48 Cortesão, *O Ultramar Português*, cit., pp. 32-33, 39-40, 64.
- 49 Cortesão, *O Ultramar Português*, cit., p. 25.
- 50 Ver e. g. João Ameal, *Obreiros de Quatro Impérios*, Lisboa: “Colecção Educativa” do Plano de Educação Popular, 1965.
- 51 Guilherme Moniz Barreto, “Goa antiga e moderna por Frederico Diniz de Ayala” in *O Repórter*, 2.6.1888, agora em *Estudos Dispersos*, ed. de C. B. Chaves, Lisboa: Portugália, 1963, pp. 73-84.
- 52 João de Andrade Corvo, *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, Lisboa, 1883, vol. I, pp. 5-6, 14-19.
- 53 Júlio de Vilhena, relatório de 30.9.1891, em *Antes da República*, Coimbra, 1916, vol. I, pp. 245-246.
- 54 Ponte Horta, “Teorias na Metrópole, Práticas na África”, cit., p. 141.
- 55 Luís Augusto Rebelo da Silva, *Relatórios do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar* (1870), Lisboa, Ministério do Ultramar, 1970, p. 266.
- 56 Henrique de Carvalho, *Expedição Portuguesa ao Muatiânva. Metereologia, Climalogia e Colonização. Modo Prático de fazer colonizar com Vantagem as Terras de Angola*, Lisboa: Tipografia do jornal *As Colónias Portuguesas*, 1892, pp. 3-5, 13, 57, 413-429, 440-443, 499. Sobre Henrique de Carvalho, ver Ferreira Martins, *Figuras e Factos da Colonização Portuguesa*, Lisboa, Inquérito, 1944, pp. 92-98.
- 57 Anthony Pagden, *Lords of all the World. Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c. 1500-c. 1800*, New Haven, Yale University Press, 1995, pp. 6-7; Charles Zorgbibe, *L’Imperialisme*, Paris: PUF, 1996, pp. 7-14.
- 58 Ver e. g. “O Programa”, *A Tarde*, 3.6.1903; “Piratas nas colónias” em *Primeiro de Janeiro*, 8.10.1897; Telles de Vasconcelos, *Discurso sobre o projecto de concessões de terrenos no ultramar*, Lisboa: 1901, p. 19; Júlio de Vilhena, *Antes da República*, cit., vol. I, p. 73-74 (lei de 28.3.1877); Teixeira de Sousa, *Responsabilidades Históricas*, Coimbra, 1917, vol. I, pp. 176-177 (leis de 1881, 1896 e 1899); “Colonização europeia no planalto de Benguela” em *Portugal em África*, 20.9.1910, pp. 281 e ss.
- 59 AA.VV., “Homenagem à Memória do Professor Dr. Silva Telles” em *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Julho-Agosto de 1934, p. 274.
- 60 Silva Telles, “A Partilha de África” em *Anais do Clube Militar Naval*, 1890, pp. 302-307, 384-388, 421-424, 457-466, 547-561; idem, “A colonização portuguesa nos climas tropicais” em *Anais do Clube Militar Naval*, 1891, pp. 5-18, 65-85; idem, “Os Árabes e as Raças da África” em *Anais do Clube Militar Naval*, 1891, pp. 561-573, 643-652, 657-667.

- 61 Telles, "A Partilha", cit., p. 306.
- 62 Carneiro de Moura, discurso, *Diário da Câmara dos Deputados*, 24.1.1896, pp. 80-82.
- 63 Ver e. g. "A Colonização" em *Tempo*, 15.10.1892 e "Um Problema", *ibidem*, 1.1.1893 e 10.1.1893; "Planalto de Chela", *ibidem*, 17.11.1893 (o *Tempo* era o órgão oficioso do governo de José Dias Ferreira); depoimento de António de Serpa, chefe de governo em 1890, em Bulhão Pato, *Memórias*, Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1986, vol. II, p. 197. Ver tb. Maria Emília Madeira Santos, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978, p. 309; O. Ribeiro, *A Colonização*, cit., p. 339.
- 64 Henrique de Paiva Couceiro, *Angola. Dois anos de Governo* (1910), Lisboa: 1948.
- 65 João de Almeida, *Sul de Angola* (1912), em *Antologia Colonial*, cit., vol. I, p. 135.
- 66 Nórton de Matos, *Memórias*, Lisboa, 1944, vol. I, pp. 226, 230-231.
- 67 Nórton de Matos, *Memórias*, cit., vol. I, pp. 235-237, 240.
- 68 Carlos Alberto Medeiros, *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola). Estudo de Geografia Humana*, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1976, pp. 54-57, 128 e ss., 272; Marcello Caetano, *Tradições, Princípios e Métodos da Colonização Portuguesa*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1951, pp. 11-12
- 69 F. Vieira Machado, *Colonização. Projectos de Decretos*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940. Sobre Vieira Machado, ver a entrada da autoria de João Carlos Paulo em F. Rosas (org.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand, 1996, vol. II, pp. 535-536.
- 70 Sobre a mesma preocupação de segregação, ver António Vicente Ferreira, "Colonização étnica da África Portuguesa" (1944) em *Estudos Ultramarinos*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, vol. IV, pp. 149-270. A influência sul-africana é clara, embora Ferreira admita que, devido à "tradição portuguesa", fosse impossível importar a "segregação" tal como ela era praticada na União.
- 71 Ver "Semana das Colónias", *Diário de Notícias*, 17.6.1940, p. 2.
- 72 Ver e. g. Henrique Galvão, *O Sol dos Trópicos (Romance Colonial)*, Lisboa: 1936.
- 73 Orlando Ribeiro, *A colonização de Angola*, cit., pp. 182-189; Medeiros, *A Colonização das Terras Altas da Huíla*, cit., pp. 22, 288-303, 412-413, 493, 588 e ss.
- 74 José Justino Teixeira Botelho, "Importância e carácter da História da Colonização Portuguesa" em *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa: Ministério das Colónias, 1938, vol. II, pp. 223-229.
- 75 "Crónica Colonial" em *Boletim Geral das Colónias*, Julho de 1934, no 109, pp. 96-97.
- 76 *Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1937, vol. I, pp. 148, 232, 234.
- 77 Eduardo Lupi, "A Piedade e Misericórdia da Colonização Portuguesa em África" em *Boletim Geral das Colónias*, Fevereiro de 1936, no. 128, pp. 75-95. Ver tb. "Rebelião na Guiné" em *Diário Liberal*, 15.12.1932. Era muito citada a frase de Nórton de Matos de que seria necessário "acabar com os heróis de África". Ver *ibidem*, 9.11.1932.
- 78 *Catálogo da Exposição*, cit., vol. I, pp. 41-42, 47, 86-87, 97-103, 236; vol. II, pp. 7-9.
- 79 Ver e. g. Martins, *Portugal em África*, Porto: 1891, pp. ix-x, 3-4.
- 80 Corvo, *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, cit., vol. I.

- 81 Ver e. g. Manuel Fratel, discurso em *Diário da Câmara dos Deputados*, 14 de Março de 1896, p. 595.
- 82 Martins, *A Inglaterra de Hoje* (1893), Lisboa: Guimarães, 1951, p. 138.
- 83 Ver e. g. Ruy de Albuquerque, *O Pensamento Colonial de Oliveira Martins*, Lisboa, separata da revista de Gabinete de Estudos Ultramarinos, 1957, especialmente p. 77; Silvino Silvério Marques em J. Luz Cunha et al. li, *África. A Vitória Traída*, Lisboa: Intervenção, 1977, pp. 44-46.
- 84 António Enes, *Moçambique. Relatório Apresentado ao Governo* (1893), Lisboa: Agência geral das Colónias, 1971, pp. 10, 12, 45, 47, 54-55, 59, 253.
- 85 Ver e. g. António Enes, “Menos Patriotismo”, em *Dia*, 31.5.1888, agora em F. A. Oliveira Martins, *O Ultimatum visto por António Enes*, Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1946, pp. 18-19; Martins, *Portugal em África*, Porto: 1891, pp. 145-150.
- 86 Camacho, *Gente Boer*, Lisboa: Guimarães, 1930, pp. 225-226.
- 87 Manuel Brito Camacho, “Os recursos do país”, conferência realizada no Instituto Superior do Comércio de Lisboa, 15.3.1925, em *Questões Nacionais*, Lisboa: Guimarães Editores, 1937, pp. 161-185.
- 88 Eurico Colares Vieira, “Breve sùmula do descobrimento e colonização do Brasil” em *Boletim do Liceu Rodrigues de Freitas*, ano escolar de 1937-1938, no. 3, pp. 15-16.
- 89 Ver e. g. Cunha Leal, *O Colonialismo dos Anti-colonialistas*, Lisboa, Edição do Autor, 1963, pp. 108-110, 112; ; F. Sacadura-Falcão, “As Diferenças Sócio-Políticas e o Sistema Português” em *Quo Vadis Africa?*, Lisboa, Império, 1963, pp. 71-81.
- 90 Marcello Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Record, 1974, p. 20. Ver Rui Ferreira da Silva, “Sob o signo do império” em F. Rosas (org.), *Portugal e o Estado Novo*, vol. XII da *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, 1992, pp. 364-365.
- 91 Ver e. g. José Pequito Rebelo, *Tradição e Ultramar*, Lisboa, sem editor, 1961; Luís de Almeida Braga, “Imagem e Sentimento de Império em Afonso Lopes Vieira” em AA.VV., *Afonso Lopes Vieira, 1878-1946. In Memoriam*, Lisboa: Sá da Costa, 1947, especialmente pp. 189, 194; Hipólito Raposo, *Folhas do Meu Cadastro*, volume II (1926-1952), Lisboa: sem editor, 1986, pp. 79-100; José Plácido Machado Barbosa, *Para Além da Revolução ... A Revolução. Entrevistas com Rolão Preto*, Porto: s. ed., 1940, pp. 48-52. Ver tb. Rolão Preto, *Justiça*, Lisboa: 1936, pp. 175-179.
- 92 Bernardino Machado, “O Acto Colonial da Ditadura” (1930) em *Manifestos Políticos (1927-1940)*, ed. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Palas, 1978, p. 305; Nuno Simões, *Portugueses no Mundo*, Lisboa: s. editor, 1940, pp. 8-14; “A colonização nacionalizadora” em *Diário Liberal*, 10.7.1932, p. 2.
- 93 Rodrigo Rodrigues, “Os sistemas coloniais” em *Diário Liberal*, 9.11.1932.
- 94 Ver eg João Sarmiento Pimentel, *Memórias do Capitão* (1962), Porto: Inova, 1974, p. 71; Henrique Galvão, *O Assalto ao Santa Maria*, Lisboa: Delfos, 1974, pp. 289-292. Galvão chega a dizer que foi Salazar, em 1930, quem “ordenou que, de acordo com a sua política, os territórios portugueses fossem de novo chamados colónias”.
- 95 Ver Fernando Pacheco de Amorim, *Três Caminhos da Política Ultramarina*, Coimbra: Edição do Autor, 1962; idem, *Na Hora da Verdade. Colonialismo e Neo-Colonialismo na Proposta de Lei de Revisão Constitucional*, Coimbra: edição do autor, 1971, especialmente pp. 24-37, 222. Sobre Pacheco de Amorim, ver Jaime Nogueira Pinto, *Portugal. Os anos do fim*, Lisboa: Sociedade de Publicações Economia e Finanças,

- 1976, vol. I, pp. 44 (nota 3), 59, 63-64. Sobre a lenda de uma viragem radical na colonização portuguesa, ver e. g. James Duffy, *Portugal in Africa*, Harmandsworth, Penguin, 1962, pp. 120-123; René Pélissier, *História de Moçambique. Formação e Oposição (1854-1918)*, Lisboa, Estampa, 1988, vol. I, pp. 169-171
- 96 Ver e. g. manifesto da Acção Democrato-Social, de 28 de Dezembro de 1967, citado por Franco Nogueira, *Salazar*, Porto, Civilização, 1986, vol. VI, pp. 317-319. Ver tb. Pedro Veiga (org.), *A Campanha Eleitoral da Terceira Força*, Porto: Secretariado da Terceira Força, 1971, pp. 28-30, 55, 66, 70, 84-87; Cunha Leal, *O Colonialismo*, cit., pp. 91-92, 98; "O Problema do Ultramar analisado pela CEUD" em *Vida Mundial*, 3.10.1969, pp. 36-37; Norberto Lopes, *Sarmento Pimentel ou uma Geração Traída*, Lisboa: Aster, 1977, pp. 85 e ss.
- 97 Ver Salazar, *Declaração sobre Política Ultramarina feita (...) no dia 12 de Agosto de 1963*, Lisboa: SNI, 1963, p. 31. À direita, no entanto, sempre se viram grandes diferenças entre os argumentos de Salazar e Caetano. Ver e. g. Jaime Nogueira Pinto, *Portugal. Os Anos do Fim*, cit., vol. II, pp. 45-47.
- 98 Ver a análise de Luís Reis Torgal, "História, Divulgação e Ficção" em Torgal e outros, *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 536-537.
- 99 Ver e. g. "Semana do Ultramar Português de 1950. Relatório" em *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Julho-Agosto de 1950, pp. 431-432; Orlando Ribeiro, "Problemas humanos de África" em AAVV, *Colóquios sobre Problemas Humanos nas Regiões Tropicais*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961, pp. 19-20; idem, "Um Povo na Terra" em AA.VV., *Portugal. Oito Séculos de História ao Serviço da Valorização do Homem e da Aproximação dos Povos*, Lisboa: Comissariado para a Exposição Universal e Internacional de Bruxelas, 1958, p. 39.
- 100 Caetano, *Depoimento*, cit., p. 24.
- 101 A. Alçada Baptista, *Conversas com Marcello Caetano*, Lisboa, Moraes, 1973, p. 211. Ver tb. Marcello Caetano, discurso na RTP, 26.7.1973, em *As Grandes Opções*, Lisboa: Verbo, 1973, pp. 188-189.
- 102 Baptista, *Conversas*, cit., p. 219.
- 103 F. de Sacadura-Falcão, *Quo Vadis Africa?*, Lisboa: Império, 1963, p. 53.
- 104 A. da Silva Rego, *Relações Luso-Brasileiras, 1822-1953*, Lisboa: 1966, pp. 103-105; César Oliveira, "Relações Luso-Brasileiras na II Guerra Mundial" em *Ler História*, 1990, no. 18, pp. 88-92; Ana Vicente, *Portugal Visto Pela Espanha. Correspondência Diplomática, 1939-1960*, Lisboa: Assírim e Alvim, 1992, pp. 102-107.
- 105 Eduardo Lourenço, "Brasil — caução do colonialismo português" (1960) em *O Fascismo Nunca Existiu*, Lisboa, D. Quixote, 1976, pp. 37-49; Adolfo Casais Monteiro, *O País do Absurdo* (c. 1958-1960), Lisboa, República, 1974, pp. 137-143; Miguel Urbano Rodrigues, "A história da América segundo Caetano" em *Portugal Democrático*, Abril de 1972, reeditado em *Da Resistência à Revolução*, Lisboa: Avante, 1975, pp. 67-72.
- 106 Gilberto Freyre, *O Mundo que o Português Criou*, Lisboa: Livros do Brasil, 1940, p. 41.
- 107 Baptista, *Conversas com Marcello Caetano*, cit., p. 177; Marcello Caetano, *O 25 de Abril e o Ultramar*, Lisboa: Verbo, 1976, pp. 12-15; Americo Thomaz, *Últimas Décadas de*

- Portugal*, Lisboa: Fernando Pereira, 1983, vol. IV, p. 216; Adriano Moreira, *Batalha da Esperança*, Lisboa: Panorama, 1962, p. 167; Moreira, *Saneamento Nacional*, Lisboa, D. Quixote, 1984, pp. 41-45.
- 108 Moreira, *Batalha da Esperança*, cit., pp. 21-22.
- 109 Silvério Marques, "Situação Global em 1973/1974" em J. da Luz et al.li, *África. A Vitória Traída*, cit., pp. 45-46; António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, 2.ª ed., Lisboa: Arcádia, 1974, p. 118.
- 110 Alberto Carlos Germano da Silva Correia, *História da Colonização Portuguesa na Índia*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1948-1958, vol. I, pp. 3, 41-42, 124, 129. Ver tb. André Gonçalves Pereira, "O caso da agressão indiana ao Estado Português da Índia" em Horácio Moura (org.), *Pontos de Doutrina*, Coimbra: Coimbra Editora, s. d. (1966?), pp. 343-358, especialmente pp. 354-355; Cunha Leal, *O Colonialismo*, cit., pp. 92-93.
- 111 Moreira, *Batalha da Esperança*, cit., pp. 106, 109, 171 ss., 215. Ver também James Duffy, *Portugal in Africa*, cit., pp. 169, 198.
- 112 José Pequito Rebelo, *Fomento e Povoamento Estratégicos. Solução do Problema de Angola?*, Lisboa: 1966, especialmente pp. 57-62, 83, 99, 103, 109; *Idem*, *Em Demanda do Segredo Africano*, Coimbra: separata de *O Instituto*, 1965, pp. 18-20. Ver também José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar. O Leão e a Raposa*, Lisboa: Difusão Cultural, 1991, p. 269
- 113 "Plano de Acção Psicológica n.º 1 do Comando Militar de Angola", transcrito em *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1988, vol. I, p. 401. Veja-se a referência à "grande rusticidade do soldado português", *ibidem*, p. 250.
- 114 Eduardo Sousa Ferreira, *Aspectos do Colonialismo Português*, Lisboa: Seara Nova, 1974, pp. 177-191.
- 115 Ver Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau, *La Zone Intertropicale Humide*, Paris: Armand Colin, 1973, especialmente pp. 131 e ss. Ver tb. Rui Pereira, "Antropologia aplicada na política colonial portuguesa do Estado Novo" em *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 1986, no. 4, p. 217
- 116 Ribeiro, *A colonização*, pp. 358, 374; *idem*, *Destinos do Ultramar*, Lisboa: Horizonte, 1975, pp. 81-83.
- 117 Ribeiro, *A Colonização*, pp. 128, 265, 325, 361-363.
- 118 Ribeiro, *A colonização*, pp. 57, 154, 166, 366; *idem*, *Destinos do Ultramar*, cit., p. 65.
- 119 J. J. Lopes de Lima, *Ensaios sobre a Estatística das Possessões Portuguesas*, 1846, vol. III; Eduardo da Costa, *Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939, vol. IV, pp. 119, 121; Bello de Almeida, *Eduardo da Costa*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1937, p. 215.
- 120 J. Garrido Torres, "Condicionamentos da Comunidade Lusíada" em *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Julho-Setembro de 1968, pp. 271. Ver tb. Ramos, *Segunda Fundação*, pp. 587-588; Nelson Vieira, *Brasil e Portugal. A Imagem Recíproca*, Lisboa, ICLP, 1991. Para exemplos do discurso anti-português, ver Viana Moog, *Bandeirantes e Pioneiros. Parelelo entre Duas Culturas*, Lisboa: Livros do Brasil, s. d. (c. 1954). especialmente pp. 107 e ss.

- 121 Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936), São Paulo: Companhia das Letras, 1995, especialmente pp. 49, 53-54, 107.
- 122 Ver eg José Honório Rodrigues, *História Viva*, São Paulo: Global, 1985, p. 103.